



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARIA JOSÉ ALVES VIANA

**AS IMPLICAÇÕES DA AUSÊNCIA DO COORDENADOR
PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS RURAIS, ITAITUBA/PA**

AGOSTO/2016

ITAITUBA – PA

MARIA JOSÉ ALVES VIANA

**AS IMPLICAÇÕES DA AUSÊNCIA DO COORDENADOR
PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS RURAIS, ITAITUBA/PA**

Monografia de Graduação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia apresentada à Faculdade de Itaituba para obtenção do
título de Licenciada Plena em Pedagogia.

Orientadora:

Profª Elina Renilde de Oliveira Ribeiro, Especialista.

AGOSTO/2016

ITAITUBA – PA

VIANA, Maria José Alves.

AS IMPLICAÇÕES DA AUSÊNCIA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS RURAIS, ITAITUBA/PA. Maria José Alves Viana – Itaituba: CLPP da FAI, 2016.

55 Fls.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Itaituba-FAI, Curso de Pedagogia, Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba, BR-PA, 2016.

Orientadora: Prof.^a Elina Renilde de Oliveira Ribeiro, Esp.

1. AS IMPLICAÇÕES DA AUSÊNCIA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS RURAIS, ITAITUBA/PA.

MARIA JOSÉ ALVES VIANA

AS IMPLICAÇÕES DA AUSÊNCIA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS RURAIS, ITAITUBA/PA.

Monografia de Graduação apresentada ao
Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Itaituba,
para obtenção do título de Licenciada Plena em
Pedagogia, sob a orientação da Prof^a Esp. Elina
Renilde de Oliveira Ribeiro.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Prof^o Dr. Francisco Cláudio de Sousa Silva

Orientadora: _____ Nota: _____

Prof^a Esp. Elina Renilde de Oliveira Ribeiro

Avaliador: _____ Nota: _____

Prof^o Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

Resultado: _____ Média: _____

Data: 13 de Agosto de 2016.

Dedico esse trabalho a uma pessoa muito especial, minha filha Mariany Viana da Silva, que foi através da história de vida que consegui emprego para atuar como professora e condições para cursar a faculdade. Muito obrigada por sua existência!

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pela minha formação, por ter me iluminado e guiado diante de tantos obstáculos que passei. Por ter ouvido minhas orações nos momentos em que precisava buscando forças para seguir confiante.

A meu esposo, Gilmar Ribeiro da Silva, por sua paciência, companheirismo enfrentando sol, chuvas, noites atravessando todos os dias o rio Tapajós.

Aos meus pais, por cuidarem da minha filha e que mediante algumas dificuldades foram guerreiros.

A minha orientadora, professora Elina Renilde de Oliveira Ribeiro, com sua paciência, competência para tornar realidade um dos meus sonhos.

Ao Professor Dr. Francisco Cláudio de Sousa Silva, com sua eficiência e sermões na formação de pedagogos.

Aos professores da Faculdade de Itaituba que contribuíram para essa formação profissional.

A todos os colegas da turma, que no meio de tantos, mas sempre havia aquele que estendia a mão amiga para ajudar quando era preciso. A Adriana Ferreira, que contribuiu na digitação do trabalho, em especial, a Lindalva Ferreira que me acolheu quando não tinha para onde ir, e não poderia deixar de agradecer a minha cunhada, Cleiciane Samara, que contribuiu diretamente para finalização do meu trabalho.

A todos os professores Escola Paraná-Miri e São Luís Gonzaga, que colaboraram na construção dessa pesquisa, concedendo as entrevistas.

O coordenador pode ser um dos agentes de mudança das práticas dos professores mediante as articulações externas que realiza entre estes, num movimento de interações permeadas por valores, convicções, atitudes; e por meio de suas articulações internas, que sua ação desencadeia nos professores, ao mobilizar suas dimensões políticas, humano-interacionais e técnicas, reveladas em sua prática. (ORSOLON, 2010:20).

VIANA, Maria José Alves. AS IMPLICAÇÕES DA AUSÊNCIA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS RURAIS, ITAITUBA/PA.

Monografia de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia. Faculdade de Itaituba – FAI - Itaituba – Pará. 2016.

RESUMO

O coordenador é o agente responsável pela formação continuada na escola, com papel de ser um articulador pedagógico no planejamento escolar, na proposta de ensino visando envolver todos os sujeitos nas suas ações. A busca de resolução de problemas em conjunto, também é um dos pontos forte do trabalho desse profissional. Dessa forma, este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo identificar as dificuldades vivenciadas no cotidiano escolar, nas escolas rurais do município de Itaituba nas implicações da ausência do Coordenador Pedagógico. Para isso foi feito uma pesquisa bibliográfica que discute o papel desse profissional no âmbito escolar, tendo por base alguns autores. Realizou-se também a pesquisa de campo em duas escolas rurais: Paraná Miri e São Luiz Gonzaga, município de Itaituba-PA, em que foram entrevistados quinze professores no total. Mediante os resultados da pesquisa verificou-se que há uma grande necessidade da coordenação pedagógica nas escolas rurais, pois quem faz o papel de coordenador das ações pedagógicas, assim como mediador de conflitos são os professores responsáveis por essas escolas, o que acaba sobrecarregando por desenvolver múltiplas funções. O perfil e atribuições necessárias ao coordenador pedagógico para atuar nas escolas rurais põem ser: ter formação, relações humanas, responsabilidade no seu trabalho, ser criativo, habilidades, ser dinâmico, conciliador, participativo, companheiro e ter compromisso na sua função educacional. Foi destacado na pesquisa que as maiores implicações são o acomodamento dos professores por não terem a quem recorrer ou discutir sobre novas metodologias, desânimo, falta de interesse, baixo rendimento escolar, dificuldade de resolução de problemas referentes à escola/aluno e aluno/família e vice-versa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Ensino e Aprendizagem na EJA. Permanência na Escola.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Critérios necessários ao coordenador pedagógico.....	41
Quadro 2. Atribuições de um coordenador pedagógico na escola.....	42
Quadro 3. Quais as implicações causadas pela ausência do coordenador pedagógico?.....	43
Quadro 4. Frequência, agenda e quem dirige as reuniões.....	44
Quadro 5. Ações desenvolvidas pelos técnicos da coordenação da Zona Rural/SEMED.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Quem é responsável pelas questões pedagógicas e metodológicas?.....	46
Gráfico 2. Quem é responsável pelas situações de indisciplina?.....	46
Gráfico 3. Quem é responsável pela Elaboração do Calendário Escolar e Plano de Ação?.....	47
Gráfico 4. Responsável pela verificação dos Planos de aulas/Provas bimestrais, etc.....	47
Gráfico 5. As decisões na escola são tomadas em conjunto à comunidade escolar?.....	48

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
1 COORDENADOR PEDAGÓGICO: HISTÓRIA E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO.....	12
1.1 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA ESCOLA.....	12
1.2 A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA LEGISLAÇÃO.....	17
1.3 OBJETIVOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS.....	19
2 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS RURAIS.....	27
2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESCOLAS RURAIS.....	27
2.2 O COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO....	31
2.3 O TRABALHO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	34
3 AS IMPLICAÇÕES DA AUSÊNCIA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS RURAIS, ITAITUBA/PA.....	38
3.1 METODOLOGIA ADOTADA.....	38
3.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	38
3.2 CARACTERIZAÇÕES DAS ESCOLAS PESQUISADAS.....	39
3.3 OLHARES DOS PROFESSORES ACERCA DA AUSÊNCIA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
BIBLIOGRAFIA.....	52
APÊNDICES.....	54

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Educação de qualidade é uma busca constante das instituições de ensino, e para que isso se torne realidade, são necessárias ações que sustentem tanto o trabalho em equipe, quanto para os profissionais responsáveis nas práticas educativas, auxiliando na capacitação e orientação de atividades que envolva o universo escolar. Nesse sentido, a elaboração desta pesquisa tem como fundamento ouvir os anseios dos professores que atuam na zona rural, expor as problemáticas encontradas e as implicações da ausência do coordenador pedagógico nas escolas do campo.

O coordenador é o agente responsável pela formação continuada na escola, com papel de ser um articulador pedagógico no planejamento escolar, na proposta de ensino visando envolver todos os sujeitos nas suas ações e que as mesmas provoquem efeitos sobre todos os integrantes que participam do processo de ensino e aprendizagem. A busca de resolução de problemas em conjunto, também é um dos pontos forte do trabalho desse profissional, pois à medida que pensam nas soluções, agem de forma coletiva participando de decisões e assumindo responsabilidades no projeto educacional da escola.

Desta forma, este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo identificar as dificuldades vivenciadas no cotidiano escolar, nas escolas rurais do município de Itaituba nas implicações da ausência do Coordenador Pedagógico. Então se levantou alguns questionamentos que nortearam esta pesquisa como: Há necessidade da coordenação pedagógica nas escolas rurais? Qual o perfil e atribuições necessárias ao coordenador pedagógico para atuar nas escolas rurais? Quais as implicações causadas pela ausência de um coordenador pedagógico na escola?

A metodologia adotada é uma pesquisa qualitativa e descritiva a fim de conhecer e verificar os desafios do professor do campo sem a presença do coordenador pedagógico. Para isso foi feito uma pesquisa bibliográfica que discute o papel desse profissional no âmbito escolar, tendo por base alguns autores, como MIRIAN (2012), BRASIL (1996), LIBÂNEO (2007), VASCONCELLOS (2002) e FRANCO (2008). Realizou-se também a pesquisa de campo em duas escolas municipais que são: Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Paraná Miri e Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental São

Luiz Gonzaga, município de Itaituba-PA, em que foram entrevistados quinze professores no total das duas instituições de ensino.

O referido trabalho está dividido em três capítulos, sendo que o primeiro aborda sobre o Coordenador Pedagógico, sua história e possibilidades da atuação na escola. O segundo capítulo traz os desafios e perspectivas do Coordenador nas escolas rurais, suas condições de trabalho e sua contribuição no processo de ensino e aprendizagem. E por fim, o terceiro capítulo que retrata as implicações da ausência do coordenador pedagógico nas escolas rurais e a análise dos dados coletados.

Portanto, o papel do Coordenador Pedagógico na Educação do Campo é indispensável tanto para o desenvolvimento organizacional da escola, quanto para facilitar o aprendizado dos educandos, ajudar os professores nos seus planos e projetos educacionais e para melhorar o relacionamento de todos que participam desse processo que não é fácil, mas, porém não é impossível. Desta maneira conclui-se que a presença deste profissional nas escolas rurais faria toda a diferença na educação do campo.

1 COORDENADOR PEDAGÓGICO: HISTÓRIA E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

1.1 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA ESCOLA

A educação de qualidade é uma busca constante das instituições de ensino, para que isso se torne realidade são necessárias ações que sustentem o trabalho em equipe. As organizações precisam cada vez mais de profissionais responsáveis, dinâmicos e inteligentes, com habilidades para resolver problemas e tomar decisões.

Um desses profissionais é o pedagogo com seus múltiplos espaços de atuação, que tem que ir além do conhecimento teórico, pois para acompanhar o trabalho pedagógico e estimular os professores é necessário percepção e sensibilidade para identificar as necessidades dos alunos e professores, tendo que se manter sempre atualizado, buscando fontes de informações e refletindo sobre sua prática.

Para tanto, segundo ARANHA (1996:72), a organização escolar deve ser entendida como espaço em que, a “comunidade democrática de aprendizagem transforma a escola em lugar de compartilhamento de valores e de práticas, por meio do trabalho e da reflexão conjunta”, que se dá sobre planos de trabalho, problemas e soluções relacionados à aprendizagem dos alunos e ao funcionamento da instituição. Com esse pensamento ainda é necessário destacar que o trabalho deve acontecer com a colaboração de todos, assim o pedagogo, independente de sua atuação deve estar preparado para mudanças e sempre pronto para motivar a sua equipe. O trabalho em equipe é fonte inesgotável de superação e valorização do profissional.

Nesse sentido, o pedagogo necessita de postura reflexiva, conhecimento teórico que o auxilie em seu desempenho escolar. O pedagogo tem sobre a base da formação inicial como recomendável para exercer as funções planejadas e administradas no âmbito dos sistemas de ensino, sendo necessários estudos de aprofundamento, aperfeiçoamento e especialização.

É relevante que a equipe pedagógica conquiste o seu espaço e construa a identidade para consolidar a partir da reflexão sobre como será desenvolvido o fazer educativo, constituindo o seu papel e sua contribuição no papel da construção do conhecimento.

O desafio aos professores pode ser provocado pelas expectativas dos alunos em relação ao curso, por uma proposta nova de trabalho, pelas ações do coordenador e/ou pelas interrogações advindas de seu trabalho. Todas essas situações provocam a desinstalação do professor, o que possibilita novos olhares, geradores de novas ações (PLACCO, 1994: 107).

Desencadear um trabalho de acompanhamento da ação docente, que privilegie a reflexão crítica da prática do professor, movimenta-o para a mudança, enquanto pesquisador de sua própria prática, a partir dos interesses e interrogações por ela provocados.

Nessa perspectiva, entende-se que a preocupação com a formação humana, com a maneira como o conhecimento tem chegado até aos alunos e com a complexidade do ensino na escola, torna-se cada vez mais necessário a presença de outros profissionais especializados para dar suporte à ação educativa, auxiliando na capacitação e na orientação das práticas pedagógicas, em tudo que envolve o universo escolar.

Destaca-se, nesse contexto o pedagogo como articulador da ação que se concretiza na comunidade escolar. No entanto, é importante analisar e refletir sobre a atuação desse especialista e de onde vem à necessidade de tê-lo na escola, entendendo que a nomenclatura foi modificando ao longo do tempo, às vezes como inspetor, supervisor, orientador, técnico pedagógico/educacional e mais atualmente coordenador pedagógico.

Sua origem remonta ao tempo dos jesuítas, sob a influência do método educacional *ratio studiorum* e de um modelo oriundo dos Estados Unidos, no século XVIII, que atendia especificamente ao ensino que tinha como objetivo criar mão de obra para atender ao mercado em processo de industrialização, tendo, então, como foco, a supervisão para coibir e controlar as ações dos sujeitos.

No Brasil, em plena ditadura militar, essa especialidade ganha cunho legal, porém, como se vê, isso acontece num momento pouco favorável. Conforme ressalta VASCONCELLOS (2002: 86):

[...] a Supervisão Educacional foi criada num contexto de ditadura. A Lei 5692/71 a instituiu como serviço específico da Escola de 1º e 2º Graus. Sua função era, então, predominantemente tecnicista e controladora e, de certa forma, correspondia à militarização Escolar. No contexto da Doutrina de Segurança Nacional adotada em 1967 e no espírito do AI-5 (Ato Institucional n. 5) de 1968, foi feita a Reforma Universitária, nela situa-se a

reformulação do Curso de Pedagogia. Em 1969 era regulamentada a Reforma Universitária e aprovado o parecer reformulador do Curso de Pedagogia, o mesmo prepara predominantemente, desde então, “generalistas”, com o título de especialistas da educação, mas pouco prepara para a prática da educação”.

Com o serviço de Supervisão Educacional introduzido na escola, porém, sem nenhuma preocupação com as especificidades dos alunos nem com os desafios presentes na sala de aula, acontece a partir daí, uma divisão dos trabalhos técnicos, passando o supervisor a deter para si o comando das ações, de forma arbitrária e autoritária, desacreditando os professores e assumindo o controle de todas as funções.

Nesse contexto, considerando a preocupação da escola, cuja função social é favorecer a construção do saber e a formação de sujeitos autônomos e críticos, percebe-se que ela já não comporta no seu quadro, profissionais com esse perfil centralizador e detentor único do saber.

A escola, promovendo a educação através do ensino com qualidade, inserida na comunidade e recebendo desta um cabedal de conhecimentos sociais, procura romper com o paradigma da "super" visão para uma "nova" visão. Mesmo que isso aconteça de forma lenta, percebe-se o aparecimento de um novo especialista, o coordenador pedagógico, que é o supervisor com uma nova visão, um intelectual orgânico que coordena as ações do grupo, pois, este tem como função específica mediar e favorecer o processo de construção de saberes, numa visão democrática, onde atua como articulador da pedagogia institucional e de sala de aula.

A compreensão e caracterização da supervisão educacional e da “função” supervisora no contexto educacional brasileiro não ocorrem independentemente ou de forma “neutra”, como já afirmado. Ao contrário, essa função decorre do sistema social, econômico e político e está intimamente relacionada a todas as determinações que configuram a realidade brasileira ou por elas condicionadas. (SYRYA, 2012:39).

Acredita-se que se existem falhas no sistema educacional a melhor maneira de redimensionar o trabalho é assumir o compromisso de fazer do trabalho educacional uma meta a ser atingida por todos. Nessa busca incessante por uma nova postura de trabalho, o professor possui um papel fundamental, por isso, deve recuperar o ânimo, a sede e a vontade de educar e fazer do ensino uma ação construtiva. Deve agir como um verdadeiro aprendiz na busca pelo conhecimento e fazer desta ferramenta um compromisso social.

Logicamente o supervisor escolar, em suas ações, pode delinear o início de uma nova era educacional, onde haja mais coletividade e o ensino seja buscado com qualidade, priorizando o aluno e valorizando as experiências significativas.

Buscando a semelhança do sistema educacional com o empresarial, no sentido de sua eficiência produtiva, cria-se um currículo voltado para as questões técnicas do ensino. Essas evidenciam *o que* e *o como* ensinar, derivando daí o surgimento de materiais didáticos, métodos e equipamentos voltados para o aperfeiçoamento do trabalho docente. “A escola funcionava como em um *chão de fábrica*: especificavam os objetivos, procedimentos e métodos para a obtenção dos resultados que poderiam ser precisamente mensurados” (SILVA, 2005: 12).

Visando à efetivação do currículo tradicional, os esforços dos supervisores se direcionam para determinar o que e como o ensino deve acontecer, seguindo a tarefa de acompanhar sistematicamente o trabalho docente. Em função disso, a ação supervisora envolve-se numa esfera na qual o controle e a fiscalização das questões pedagógicas ganham bastante evidência.

A orientação Educacional no Brasil percorreu um longo caminho comprometido com a educação e com as políticas vigentes. Todo o processo da orientação manteve, sempre, estreita relação com as tendências pedagógicas, sendo o seu trabalho desenvolvido a partir do que dela se esperava nas diversas concepções (MIRIAN, 2012: 23).

Apesar de essas funções do orientador serem essenciais no processo de ensino e aprendizagem, nem sempre as escolas contam com esse profissional em sua equipe. Com ou sem ele, no entanto, o trabalho não pode deixar de ser feito. Da mesma maneira que uma escola sem coordenador pedagógico não deixa de planejar as situações didáticas. Uma escola sem orientador educacional não deixa de se preocupar com a formação cidadã de seus alunos. Essa missão deve ser cumprida pelo diretor, coordenador e também pelos professores.

Os objetivos da Orientação Educacional eram muito claros e precisos quando a mesma tinha a sua abordagem na área psicológica; na medida em que houve mudança no enfoque da Orientação, com ênfase nos aspectos sociológicos, os objetivos deixaram de ser claros e precisos (MIRIAN, 2012: 24). Isto é confirmado pela documentação legal que proclama determinados objetivos e a prática efetivada de Orientação que apresenta uma diversidade de objetivos nas suas atribuições.

Verificou-se que a partir de uma orientação voltada para a individualização é que se chegou a uma orientação coletiva e participativa. Todos têm que estar comprometidos com a formação do cidadão. Este também é o papel do orientador educacional (MIRIAN, 2012: 26).

Para conseguir realizar seu trabalho, o profissional que ocupa esse cargo não pode ficar o tempo inteiro em sua sala, apenas recebendo alunos expulsos da aula ou que desrespeitaram um colega ou um professor. Ele só consegue saber o que está acontecendo na escola, entender quais são os comportamentos das crianças e propor encaminhamentos adequados quando circula pelos espaços e convive com os estudantes.

Esse trabalho também ultrapassa os muros da escola. O orientador deve atuar como uma ponte entre a instituição e a comunidade, entendendo sua realidade, ouvindo o que ela tem a dizer e abrindo o diálogo entre suas expectativas e o planejamento escolar.

Tendo a prática e o olhar de docente como referência, o coordenador enfrenta o desafio de construir seu novo perfil profissional e delimitar seu espaço de atuação. Sua contribuição para a melhoria da qualidade da escola e das condições de exercício profissional dos professores dependerá do sucesso alcançado nesta tarefa.

Assumindo diferentes perfis, construindo-se cotidianamente, a identidade profissional desdobra-se, por sua vez, em diferentes posicionamentos entre rupturas e permanências, mas sem perder de vista a sua atribuição maior na convergência da formação de si e do outro. Assim, a coordenação pedagógica, exercida por um educador, guarda as suas bases fundamentais no significado e papel da educação.

Portanto, a maioria valoriza a formação específica para a função e considera importante estar sempre buscando novos conhecimentos e se atualizando profissionalmente. Percebe-se claramente que o profissional da educação, ainda não tem seu espaço e identidade definida, o que causa angústia no Pedagogo, uma vez que é considerado como o organizador e gestor do sistema educacional, na produção e difusão de conhecimentos, na participação da formação continuada considerado como critério essencial no campo educativo.

1.2 A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA LEGISLAÇÃO

O Coordenador Pedagógico está em fase de conquista do seu espaço e são muitas as discussões em torno da sua identidade e da sua formação. Isto demonstra a necessidade de um maior aprofundamento a respeito da formação desse profissional.

A maioria dos estados, em decorrência da promulgação da Lei n. 5692/1971, que instituiu a Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, instituiu a figura de um profissional, no quadro do magistério, comprometido com a ação supervisora, tanto em nível de sistema como de unidade escolar, com diferentes denominações: supervisor escolar, pedagogo, orientador pedagógico, coordenador pedagógico, professor coordenador, etc.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN Nº 9.394/96 para atuar na coordenação é preciso ter formação inicial em nível superior em Pedagogia ou Pós-Graduação. Assim, como pré-requisito fundamental para o exercício da função, segundo o Art. 67, § único, é necessária a experiência docente para atuação como Coordenador Pedagógico (BRASIL, 1996).

Nos últimos dez anos, nas redes pesquisadas, a coordenação pedagógica foi instituída para todas as escolas. As atribuições desses profissionais, definidas pelas legislações estaduais e/ou municipais, são muitas, envolvendo desde a liderança do projeto político pedagógico até funções administrativas de assessoramento da direção, mas, sobretudo, atividades relativas ao funcionamento pedagógico da escola e de apoio aos professores, tais como: avaliação dos resultados dos alunos, diagnóstico da situação de ensino e aprendizagem, supervisão e organização das ações pedagógicas cotidianas (frequência de alunos e professores), andamento do planejamento de aulas (conteúdos ensinados), planejamento das avaliações, organização de conselhos de classe, organização das avaliações externas, material necessário para as aulas e reuniões pedagógicas, atendimento de pais, etc., além da formação continuada dos professores.

De acordo PIMENTA e LIMA (2004: 82), a identidade do Coordenador Pedagógico se constrói durante a sua caminhada profissional, com as experiências, história de vida, em grupo e na sociedade. E LIBÂNEO (2007: 263) afirma que o curso de Pedagogia, que constitui a formação inicial do pedagogo no Brasil, deve formar um profissional qualificado para atuar em vários campos que envolvam

conhecimentos pedagógicos. Desse modo, este profissional deve ser capaz de atender às demandas sócio-educativas decorrentes das transformações que ocorrem na sociedade.

Os processos formativos de docentes absorvem a dimensão experiencial e não mais separam teoria e prática. Mergulham, desde o início, o aluno e o formador em situação de mediação dos confrontos da prática, buscando a significação das teorias.

Só assim será possível fazer o exercício fundamental da Pedagogia: criar articulações cada vez mais profundas entre a teoria e a realidade. Ou seja, fazer dialogar a lógica das práticas com a lógica da formação. Essa é a grande tarefa que os cursos de formação devem enfrentar (FRANCO, 2008:123).

O coordenador precisa estar sempre atento ao cenário que se apresenta a sua volta valorizando os profissionais da sua equipe e acompanhando os resultados, essa caminhada nem sempre é feita com segurança, pois as diversas informações e responsabilidades o medo e a insegurança também fazem parte dessa trajetória, cabe ao coordenador refletir sobre sua própria prática para superar os obstáculos e aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem.

Esse novo paradigma educacional ver-se contemplado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), Artigo 64:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Nesse sentido, com habilitação específica e esses novos conhecimentos adquiridos em cursos de pós-graduação, o coordenador pedagógico assume a responsabilidade de direcionar sua ação para atender as especificidades sociais, culturais e políticas da escola contemporânea, fornecendo as condições e os meios para uma prática de ensino significativo, favorecendo a reflexão crítica na comunidade escolar.

Desde os primeiros cursos que abordaram a questão da supervisão pedagógica ela era discutida em dois níveis: no nível do sistema, para um conjunto de escolas; e no nível da unidade, para uma única escola; nesta última perspectiva,

os cursos visavam a formação inicial de profissionais para atuar na orientação pedagógica das escolas.

1.3 OBJETIVOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Vive-se em uma sociedade em que ocorrem inúmeras mudanças, de ordem política, social, econômica, ideológica. A escola, como instituição de ensino e de práticas pedagógicas, enfrenta muitos desafios que comprometem a sua ação frente às exigências que surgem.

Os profissionais precisam estar conscientes de que os alunos devem ter uma formação cada vez mais ampla, promovendo o desenvolvimento das capacidades desses sujeitos. Para que isso aconteça, é necessária a presença do coordenador pedagógico consciente de seu papel, da importância de sua formação continuada e da equipe docente, além de manter a parceria entre pais, alunos, professores, direção e técnico-administrativo.

Refletir sobre a construção da identidade do coordenador pedagógico, no cenário da realidade da educação brasileira, se faz necessário para compreender a situação atual em que este se encontra, seus problemas e desafios possibilitando vislumbrar novas soluções. O Coordenador Pedagógico é o agente responsável pela formação continuada na escola e tem o objetivo de favorecer o trabalho docente.

Educação de qualidade é uma busca constante das instituições de ensino, para que isso se torne realidade são necessárias ações que sustentem um trabalho em equipe e uma gestão que priorize a formação docente contribuindo para um processo administrativo de qualidade. Nessa perspectiva deve-se identificar as necessidades dos professores e com eles encontrar soluções que priorizem um trabalho educacional de qualidade esse trabalho é desenvolvido pelo coordenador pedagógico.

Dentro das diversas atribuições está o ato de acompanhar o trabalho docente, sendo responsável pelo elo entre os envolvidos na comunidade educacional. A questão do relacionamento entre o coordenador e o professor é um fator crucial para uma gestão democrática, para que isso aconteça com estratégias bem formuladas o coordenador não pode perder seu foco.

Estudiosos afirmam que o coordenador pedagógico é, primeiramente, um educador e como tal deve estar atento ao caráter pedagógico das relações de aprendizagem no interior da escola. Para FREIRE (1982: 68) cabe a este profissional levar os professores a ressignificarem suas práticas, resgatando a autonomia docente sem se desconsiderar a importância do trabalho coletivo.

VASCONCELLOS (2006: 92) considera que o papel do coordenador é o de levar a equipe docente à reflexão de sua prática pedagógica, além de articular o trabalho dos diversos atores escolares, entre eles: os professores, gestores, funcionários, pais e alunos. Confirmando tal afirmação, LIBANEO (2004: 38), relata que o coordenador pedagógico é aquele que responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, estando diretamente relacionado com os professores, alunos e pais.

A função do coordenador pedagógico, no contexto da gestão democrática, é fundamental, pois possui o papel de ser o articulador pedagógico. Cabe a ele, no planejamento escolar, entre outras ações, a responsabilidade de implementação da proposta pedagógica, o incentivo à participação nas ações de educação continuada, o acompanhamento do trabalho docente e a formulação de proposta para a reflexão avaliativa da equipe com o objetivo do redimensionamento do trabalho pedagógico. (FERNANDES, 2010:104).

É o coordenador pedagógico responsável por direcionar a equipe docente a um norte comum, no qual a inserção de todos os sujeitos envolvidos nos problemas cotidianos venha a provocar um efeito pedagógico sobre todos os integrantes, pois, à medida que pensam os problemas, propõem soluções e participam das decisões, assumem o papel de corresponsáveis no projeto educacional da escola. Conforme SOARES (2010: 4):

O trabalho coletivo implica uma compreensão mais ampla da escola. É preciso que os diferentes segmentos e atores que constroem e reconstróem a escola apreendam suas várias dimensões e significados. Isso porque o caráter educativo da escola não reside apenas no espaço da sala de aula, 12 nos processos de ensino e aprendizagem, mas se realiza, também, nas práticas e relações que aí se desenvolvem. A escola educa não apenas nos conteúdos que transmite à medida que o processo de formação humana que ali se desenvolve acontece também nos momentos e espaços de diálogo, de lazer, nas reuniões pedagógicas, na postura de seus atores, nas práticas e modelos de gestão vivenciados.

Sabe-se que o coordenador, no exercício de sua função, deve atentar-se à concepção, ao planejamento e à definição dos rumos da organização do trabalho pedagógico da escola no espaço-tempo da coordenação pedagógica.

Atualmente, as atribuições e competências necessárias ao exercício do cargo de coordenador pedagógico constam, invariavelmente, nos próprios editais de abertura de inscrições e instruções especiais de concurso público de acesso e ingresso para o provimento do cargo de coordenador pedagógico da carreira do magistério municipal.

No que se refere à questão das atribuições do coordenador pedagógico, LIBÂNEO (2005:342) assim as define: “coordena, acompanha, assessora, apoia e avalia as atividades pedagógico-curriculares. Sua atribuição prioritária é prestar assistência pedagógico didática aos professores em suas respectivas disciplinas”, propiciando momentos de estudos coletivos, renovando conhecimentos, repensando a práxis educativa, buscando alternativas para superar desafios, avaliando permanentemente o desempenho docente, no que diz respeito ao trabalho interativo com os alunos, para o alcance da qualidade de ensino.

O autor afirma também que “outra atribuição do coordenador pedagógico é o relacionamento com os pais e com a comunidade, especialmente no que se refere ao funcionamento pedagógico-curricular e didático da escola, à comunicação das avaliações dos alunos e à interpretação feita delas” (IBIDEM: 342).

Uma boa relação entre o coordenador e a comunidade além de contribuir reforçando os direitos da cidadania, fortaleceria os princípios de uma parceria construtiva e participativa, o que facilitaria a efetivação do projeto pedagógico-curricular e didático da escola e, possivelmente, possibilitaria uma reflexão crítica sobre os procedimentos e decisões relacionados às práticas de coordenação e de mobilização eficaz às urgências do cotidiano escolar.

O coordenador pedagógico para um exercício eficiente do cargo de coordenador pedagógico faz-se necessária uma significativa bagagem de conhecimento que além de teorias educacionais, envolve domínio e clareza de procedimentos metodológicos da função.

Todavia, não adianta ter autoridade de conhecimento se não souber administrar as relações interpessoais, pois é a partir delas que se estabelece a mediação e que se criam vínculos e ambientes satisfatórios de trabalho. Não há possibilidade de se estabelecer um trabalho de coordenação de qualidade se este

não estiver pautado nessa relação, a qual precisa ser agradável para todos os envolvidos, comprometido e interessado na aprendizagem dos alunos.

Assim, há de se ter na organização do trabalho pedagógico uma estratégia de planejamento participativo que configure um processo de formação constante de todos os sujeitos que fazem da Instituição Educacional e, conseqüentemente, resgatar a função dos coordenadores pedagógicos para construir práticas reflexivas, incentivar a liberdade de expressão e a disciplina do estudo, articulando os diversos saberes e experiências existentes na escola.

A função primeira do coordenador pedagógico é planejar e acompanhar a execução de todo o processo didático-pedagógico da instituição, tarefa de importância primordial e de inegável responsabilidade e que encerra todas as possibilidades como também os limites da atuação desse profissional. Quanto mais esse profissional se voltar para as ações que justificam e configuram a sua especificidade, maior também será o seu espaço de atuação.

Cabe ao Coordenador Pedagógico e a equipe de professores e direção, dentro do espaço\tempo da coordenação coletiva, encontrar soluções para que as práticas educativas favoreçam a construção de uma escola inclusiva, cidadã e solidária, principalmente de qualidade, voltada para todos os educandos - desde a educação infantil ao ensino médio.

A gestão abrange, portanto, a dinâmica do seu trabalho, como prática social, que passa a ser o enfoque orientador da ação diretiva executada na organização de ensino, papel a ser desempenhado pelo Coordenador pedagógico.

Esta olhar necessário como busca da identidade, não é objeto outorgado somente por normalização institucional, mas certamente é um espaço de conquista, é um espaço de resolução de conflitos. Também se considera uma oportunidade de apresentar o papel profissional do coordenador pedagógico como ator social, agente facilitador e problematizador do papel docente no âmbito da formação continuada.

A coordenação pedagógica em seu sentido estrito, conseqüentemente, não se caracteriza como dimensão mecânica e centralizadora. Muito pelo contrário, garante o espaço de diálogo fortalecendo a vitalidade projetiva do agrupamento de atores sociais, atendendo as perspectivas da comunidade extraescolar na luta por uma educação de qualidade e primando pela superação dos obstáculos que inviabilizam as ações coletivas.

Tal concepção deverá estar implícita ao trabalho do coordenador pedagógico, bem como de sua atualização, capacitação e formação profissional permanente. Cabe ao coordenador pedagógico, juntamente com todos os outros educadores, exercer o ofício de coordenar para educar, ou seja, aprender a aprender e junto com, essência do que se concebe como formação continuada de educadores.

A função da coordenação pedagógica é gerenciar, coordenar e supervisionar todas as atividades relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem, visando sempre à permanência do aluno com sucesso. Partindo desse pressuposto, podem-se identificar as funções formadora, articuladora e transformadora do papel desse profissional no ambiente escolar.

A função formadora, do coordenador precisa programar as ações que viabilizam a formação do grupo para qualificação continuada desses sujeitos, conseqüentemente, conduzindo mudanças dentro da sala de aula e na dinâmica da escola, produzindo impacto bastante produtivo e atingindo as necessidades presentes (CLEMENTI, 2003:126).

Assim, muitos formadores encontram na reflexão da ação momentos riquíssimos para a formação. Isso acontece à medida que professores e coordenadores atuam em parceria, observando, discutindo e planejando, vencendo as dificuldades, expectativas e necessidades, requerendo momentos individuais e coletivos entre os membros do grupo, atingindo aos objetivos desejados.

Nesse contexto, as relações interpessoais permeiam a prática do coordenador que precisa articular as instâncias escola e família, sabendo ouvir, olhar e falar a todos que buscam a sua atenção. O coordenador pedagógico deve identificar as necessidades dos professores e com eles encontrar soluções que priorizem um trabalho educacional de qualidade.

Esse profissional tem que ir além do conhecimento teórico, pois para acompanhar o trabalho pedagógico e estimular os professores é preciso percepção e sensibilidade para identificar as necessidades dos alunos e professores, tendo que se manter sempre atualizado, buscando fontes de informação e refletindo sobre sua prática.

Dentro das diversas atribuições do coordenador está o ato de acompanhar o trabalho docente, sendo responsável pelo elo entre os envolvidos na comunidade educacional. O relacionamento entre o coordenador e o professor é um fator de suma importância para uma gestão democrática, mas para que isso aconteça são

necessárias estratégias bem formuladas, para que não perca seu foco no decorrer do caminho.

O coordenador precisa estar sempre atento ao cenário que se apresenta a sua volta, valorizando os profissionais da sua equipe e acompanhando os resultados. Cabe ao coordenador refletir sobre sua própria prática para superar os obstáculos e aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem. O trabalho em equipe é fonte inesgotável de superação e valorização do profissional.

TORRES (1994:78) defende a ideia de que o coordenador pedagógico é um agente responsável pela formação continuada dos professores, subsidiando e organizando a reflexão, estimulando o processo de decisão visando à proposição de alternativas para superar os problemas da prática. Acredita que ele é uma figura essencial nesse processo integrador e articulador de ações.

Cabe também à coordenação pedagógica perceber as dificuldades e necessidades da equipe de docentes, na medida em que organiza e orienta a discussão coletiva a respeito do planejamento das práticas pedagógicas, permitindo que todos explicitem as suas opiniões e sugestões.

A busca do sentido da ação do coordenador pedagógico e sua constituição como formadora precisam ser refletidas e explicitadas coletivamente, para que cada um tenha a oportunidade de vir a se tornar mais consciente de sua forma de atuação e mais crítico com relação às pressuposições e perspectivas que nutre a respeito de seu trabalho.

Com efeito, a coordenação pedagógica como uma assessoria permanente e continuada ao trabalho docente, cujas principais atribuições, dentre outras, podem ser listadas em quatro dimensões como aponta PILETTI (1998:125):

- a) acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação;
- b) fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional;
- c) promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo;
- d) estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem.

Entretanto, a despeito deste quadro de atribuições e até por desconhecimento das mesmas, muitos olhares são lançados sobre a identidade e função do coordenador pedagógico na escola, cobrando-lhe a determinação do sucesso da

vida escolar e encaminhamentos pertinentes às problemáticas que se sucedem no cotidiano.

Ressalta-se que cabe a cada instituição educacional assumir o compromisso de implementar políticas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela que visem à reorganização dos espaços escolares, que favoreçam novas formas de ensinar, avaliar, organizar e desenvolver o currículo que respeite a singularidade do desenvolvimento humano.

Faz-se necessário, portanto, a garantia de um ambiente democrático e com divisão de responsabilidades, de forma a despertar a consciência daqueles que se engajam no campo educacional para transformar o cotidiano escolar em algo realmente prazeroso e significativo. No entanto, é necessário que o coordenador esteja atento aos desafios encontrados em sua prática cotidiana, conhecer o universo da educação, suas dificuldades e avanços, fazendo, a partir de sua atuação pedagógica.

Dentro das diversas atribuições do coordenador está o ato de acompanhar o trabalho docente, sendo responsável pelo elo entre os envolvidos na comunidade educacional. O relacionamento entre o coordenador e o professor é um fator de suma importância para uma gestão democrática, mas para que isso aconteça são necessárias estratégias bem formuladas, para que não perca seu foco no decorrer do caminho.

Elas ocorrem em todos os contextos e âmbitos da existência individual e social humana, de modo institucionalizado ou não, sob várias modalidades. Entre essas práticas, há as que acontecem de forma difusa e dispersa, são as que ocorrem nos processos de aquisição de saberes e modos de ação de moda não intencional e não institucionalizado, configurando a educação informal.

O coordenador precisa estar sempre atento ao cenário que se apresenta a sua volta, valorizando os profissionais da sua equipe e acompanhando os resultados. Cabe ao coordenador refletir sobre sua própria prática para superar os obstáculos e aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem. O trabalho em equipe é fonte inesgotável de superação e valorização do profissional.

Segundo a percepção dos coordenadores pedagógicos, o tempo na função e a experiência são fatores importantes, mas não decisivos para o bom desempenho do profissional na coordenação. Contudo, deve-se considerar que a prática, para eles, refere-se ao tempo na função e não ao seu exercício consciente e reflexivo. A

afirmação se justifica pela importância que os coordenadores pedagógicos atribuem à prática, entendendo-a como espaço de aprendizagem e constituição da identidade do profissional. A maioria valoriza a formação específica para a função e considera importante estar sempre buscando novos conhecimentos e se atualizando profissionalmente.

Considerando que as políticas públicas, ao tratar das atribuições aos profissionais que vão articular as ações dos professores em seus esforços para a melhoria da qualidade da educação, devem, ao legislar sobre as atribuições específicas a esse profissional, deixar espaço para a flexibilidade ao atendimento das necessidades de cada escola.

A dimensão da prática é também a que os coordenadores pedagógicos mais valorizam em relação à própria formação, o que destaca a importância da sua experiência na execução da função.

2 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS RURAIS

2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESCOLAS RURAIS

Quando fala-se em educação do/no campo não estamos propondo a criação de um tipo próprio de escola para o campo, mas sim de um ensino que deveria ser mais flexível e culturalmente adaptado, tanto no campo como na cidade.

Educação do campo no Brasil sempre ficou em segundo plano, talvez porque desde o feudalismo a elite dominante sempre tenha visto os camponeses como seus submissos, portanto não dignos de ter algum conhecimento científico, geralmente devido à concepção ideológica que fundamenta o sistema capitalista, que lucra mais quando os indivíduos desconhecem os seus direitos e não reivindicam melhores condições de trabalho e vida.

Quando se observa a educação pelo campo percebem-se como os prédios das escolas dessa área são, em sua maioria, de pequeno porte com uma ou duas salas de aula e quase todas oferecem ensino fundamental de 1º ao 5º ano. Muitas escolas possuem turmas multisseriadas, o que, segundo o INEP (2005) correspondia a 56% das escolas da região nordeste com um único professor responsável pela aplicação do conteúdo didático para as quatro séries.

Além da sobrecarga de trabalho desses profissionais e das más condições de trabalho, o salário para os professores da zona rural tende a ser menor comparado ao salário dos professores da rede urbana, pois segundo dados do INEP (2007) os professores do campo recebem 60% a menos do que os professores urbanos.

Isto acontece, talvez, porque esses professores não possuam qualificação profissional considerada adequada ou porque os prefeitos não valorizam a educação e, o Estado brasileiro se omite diante os problemas com educação. A união de todos esses fatores contribui para o mau desempenho dos alunos e a desistência dos mesmos.

[...] o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, a ausência de infra-estrutura básica – material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. (INEP, 2006:19 *Apud* SECAD, 2007: 22)

Ora, o INEP ao invés de admitir que o problema das turmas multisseriadas estaria no fato delas existirem, passam a culpabilizar outros fatores, é verdades, agravantes, mas sem conotação direta com a questão fundamental do por quê existir escolas com tal modalidade de ensino. A questão principal estaria no descaso público em garantir escolas de qualidade tanto no setor urbano como rural atendendo a estes últimos às peculiaridades do campo.

Na literatura, evidencia-se que a história da classe multisseriada das escolas do campo foi sustentada por políticas compensatórias no que diz respeito a solucionar o acesso à escolarização de um número reduzido de crianças e jovens existentes no campo, como expõe HAGE (2011: 105):

Esse discurso se assenta no paradigma urbanocêntrico, de forte inspiração eurocêntrica, que estabelece os padrões de racionalidade e de sociabilidade ocidentais como universais para o mundo, impondo um único modo de pensar, agir, sentir, sonhar e ser como válido para todos, independentemente da diversidade de classe, raça, etnia, gênero e idade existente na sociedade. Esse paradigma exerce muita influência sobre os sujeitos do campo e da cidade, levando-os a estabelecer muitas comparações entre os modos de vida urbanos e rurais, entre as escolas da cidade e as do campo, e a compreender que as do campo devem seguir os mesmos parâmetros e referências daquelas da cidade, se quiserem superar o fracasso escolar e se tornar escolas de qualidade.

A organização de forma seriada exige o trabalho pedagógico de forma fragmentada, fazendo com que as atividades de planejamento, de currículo e de avaliação sejam desenvolvidas isoladamente para cada uma das séries, acumulando vários alunos reprovados por não conseguirem supostamente seguir o processo linear. Logo, é evidenciada a necessidade de organizar e homogeneizar os processos.

Destaca-se, como uma respeitável e significativa mudança efetiva no que se refere à educação rural, o movimento nacional desencadeado para a construção de uma escola do campo, o qual estava atrelado ao processo de edificação de um projeto popular para o Brasil, que incluiu um novo projeto de desenvolvimento para o campo, como afirma VENDRAMINI (2007: 123):

Nesta orientação, foram realizadas diversas conferências estaduais e nacionais, sendo a primeira conferência nacional, “Por uma Educação Básica do Campo”, realizada em 1998 e organizada pelo MST, CNBB, UNICEF e UNESCO. Essa primeira Conferência inaugurou uma nova referência para o debate e a mobilização popular: Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural, ao reafirmar a

legitimidade da luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para os sujeitos que vivem e trabalham no campo.

O autor ainda ressalta que, o Ministério da Educação instituiu, em 2003, um Grupo Permanente de Trabalho Educação do Campo e, em 2004, criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), contemplando em sua estrutura a Coordenação Geral de Educação do Campo.

Mesmo com essa evolução advinda da preocupação com as escolas do campo, ainda é grande, se não dizer necessário e emergente, desenvolver efetivamente um modelo de educação do e no campo embasado na realidade dos sujeitos que estão envolvidos nesta problemática.

Entre as principais problemáticas paralelas a serem ressaltadas, destaca-se a situação socioeconômica das famílias residentes no campo. Garantir condições para a reprodução material da vida destas famílias, para que possam manter as crianças nos processos educativos por longos períodos, implica garantir o acesso à terra e aos recursos naturais, a partir dos quais os sujeitos do campo sobrevivem, buscando sua autos sustentabilidade.

Os desafios apontam a complexidade que configura a realidade enfrentada por professores e alunos das instituições do campo multisseriadas. Esse quadro tem demandado, nesses últimos anos, apontar possibilidades de intervenção e propostas de solução para essa problemática: que sejam contextualizadas e viáveis e que atendam às necessidades e às expectativas do poder público, dos movimentos e organizações sociais, dos órgãos de fomento e dos pais, educadores e estudantes envolvidos com as escolas ou turmas multisseriadas (HAGE, 2011:124).

Para tanto, precisa-se superar as visões tão negativas do campo e de seu ensino multisseriado, construindo uma nova proposta educativa para a escola do campo organizada em multisseriação, a qual leve em consideração os seguintes aspectos: a necessidade de investigar as diferentes formas de organização do trabalho pedagógico realizada em turmas diferenciadas por idade e aprendizagens; a reformulação da proposta político-pedagógica das instituições e do currículo rurais; e as políticas públicas que busquem a qualidade e as retirem do anonimato.

Nesse sentido, MOLINA e FREITAS (2011: 27) reforçam que:

Este é um dos desafios e, ao mesmo tempo, uma das possibilidades da escola do campo: articular os conhecimentos que os educandos têm o direito de acessar a partir do trabalho com a realidade, da relação entre

educação com a cultura e com os conhecimentos científicos a serem apreendidos em cada ciclo da vida e de diferentes áreas do conhecimento. Surge daí uma grande potencialidade de dimensões formativas que foram separadas pela cultura fragmentada e individualista do capital, embora na vida real se apresentem articuladas, imbricadas, às vezes mesmo em simbiose.

De acordo com os autores, além de contribuir com a construção da autonomia dos educandos, essas articulações propiciam a formação de um sujeito crítico. Atribui-se à escola do campo uma importante contribuição no processo mais amplo de transformação social, o qual se faz através da intencionalidade de um projeto de formação de sujeitos que percebam criticamente as escolhas e premissas socialmente aceitas, bem como que sejam capazes de formular alternativas de um projeto político.

Ao tratar de classes multisséries, primeiramente, faz-se preciso relacioná-las ao espaço rural, uma vez que esse é o território que tais turmas existem concretamente. Embora se apresentem em outros cenários, é no campo que elas se constituem na sua máxima expressão de identidade.

Apesar de tal entendimento, compreender as classes multisseriadas do campo, para discutir a qualidade do ensino que oferecem e as razões da sua permanência, coloca desafios aos que desejam estudá-las. Isso ocorre por que, quando o multisseriamento é abordado, o que se busca é sua superação.

Dessa forma, a multissérie constitui principalmente uma realidade do campo. Nas turmas multisseriadas, existe um único professor, assumindo, muitas vezes, múltiplas funções, de faxineiro a professor, para duas, três e até quatro séries diferentes ao mesmo tempo e no mesmo espaço.

Apesar de ser necessidade, no meio rural, a multissérie ainda é uma extensão do paradigma da escola seriada “urbanocêntrica”, pois não possui um tratamento diferenciado. Trata-se de uma realidade ignorada, inclusive nas estatísticas sobre educação no país. Apesar do reconhecimento da necessidade e da importância das escolas multisseriadas, nem sempre há uma completa consciência das dimensões reais da educação multisseriada e seu potencial para todas as situações com grande diversidade.

Diante dos inúmeros problemas ora decorrentes da fragmentação do conteúdo, ora baseadas na interdisciplinaridade ao longo da atuação enquanto docente, também não se pode deixar de concordar que a escola multisseriada pode

ser compreendida como uma organização que possibilita o desenvolvimento de um processo educativo diferente, em que os alunos de faixas etárias e experiências diversas podem participar e criar formas coletivas de organização do conhecimento até com maior maturidade, quando comparada a metodologia seriada.

2.2 O COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

O intenso processo de mudanças originadas pelas relações sociais capitalistas redefine o papel da educação e da escola, consequentemente interferem na organização do trabalho escolar, mais especificamente nos papéis desempenhados pelos profissionais da educação no interior da escola.

Essas transformações que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, em consequência dos processos de globalização, afetam a sociedade. Com isso se ganha uma nova nomenclatura para os então supervisores e orientadores - coordenador pedagógico ou professor coordenador pedagógico. No entanto, ainda muitas instituições escolares ele é chamando de supervisor, orientador e/ou inspetor.

O coordenador pedagógico, muito antes de ganhar esse status, já povoava o imaginário da escola sob as mais estranhas caricaturas.

Às vezes, atuava como fiscal alguém que checava o que ocorria em sala de aula e normatizava o que podia ou não ser feito. Pouco sabia de ensino e não conhecia os reais problemas da sala de aula e da instituição. Obviamente, não era bem aceito na sala dos professores como alguém confiável para compartilhar experiências. Outra imagem recorrente desse velho coordenador é a de atendente. Sem um campo específico de atuação, responde às emergências, apaga focos de incêndios e apazigua os ânimos de professores, alunos e pais. Engolido pelo cotidiano, não consegue construir uma experiência no campo pedagógico. Em ocasiões esporádicas, ele explica as causas da agressividade de uma criança ou as dificuldades de aprendizagem de uma turma (AUGUSTO, 2006: 1).

Infelizmente acontece a fragmentação do trabalho pedagógico nas escolas, sabemos que em muitas há dois profissionais trabalhando nesta função devido à demanda de alunos e professores, no entanto, percebe-se que ainda está enraizada a divisão de papéis nas práticas escolares. A maior preocupação é que não há um fortalecimento do trabalho, caso assim seja desenvolvido, deixando de lado a democratização do ensino.

Para tanto, o coordenador junto com a equipe pedagógica precisa trabalhar frente à realidade de sua comunidade, objetivando ajudar os alunos e professores no processo educativo, ou seja, trabalhar considerando o contexto social, cultural e histórico da comunidade escolar. Nesse contexto, o pedagogo na função de coordenador pedagógico,

Precisa estar sempre atento ao cenário que se apresenta a sua volta valorizando os profissionais da sua equipe e acompanhando os resultados, essa caminhada nem sempre é feita com segurança, pois as diversas informações e responsabilidades o medo e a insegurança também fazem parte dessa trajetória, cabe ao coordenador refletir sobre sua própria prática para superar os obstáculos e aperfeiçoar o processo de ensino – aprendizagem. O trabalho em equipe é fonte inesgotável de superação e valorização do profissional. (NOGUEIRA, 2008:1).

Além de trabalhar em equipe, o coordenador pedagógico necessita ter parcerias, diálogo e comunicação dentro da escola, porém é essencial a participação e a colaboração de todos.

Percebe-se que nem todos os pedagogos estão preparados para atuar como coordenadores pedagógicos necessitam além do conhecimento teórico, conhecimento prático. Cabe aos cursos de formação preencher essas lacunas que estão presentes na formação do pedagogo, a fim de contemplar uma sólida formação teórica e interdisciplinar que possibilite a esse profissional atuar no ensino, na organização e na gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais.

Neste sentido, FONSECA (2001: 213) afirma a necessidade do papel de um novo olhar do coordenador pedagógico na escola e que deve ser orientado para:

- Resgatar a intencionalidade da ação possibilitando a (re) significação do trabalho - superar a crise de sentido;
- Ser um instrumento de transformação da realidade - resgatar a potência da coletividade; gerar esperança;
- Possibilitar um referencial de conjunto para a caminhada pedagógica - aglutinar pessoas em torno de uma causa comum;
- Gerar solidariedade, parceria;
- Ajudar a construir a unidade (não uniformidade); superando o caráter fragmentário das práticas em educação, a mera justaposição e possibilitando a continuidade da linha de trabalho na instituição;
- Propiciar a racionalização dos esforços e recursos (eficiência e eficácia), utilizados para atingir fins essenciais do processo educacional;
- Ser um canal de participação efetiva, superando as práticas autoritárias e/ou individualistas e ajudando a superar as imposições ou disputas de vontades individuais, na medida em que há um referencial construído e assumido coletivamente;
- Aumentar o grau de realização e, portanto, de satisfação de trabalho;

- Fortalecer o grupo para enfrentar conflitos, contradições e pressões, avançando na autonomia e na criatividade e distanciando-se dos modismos educacionais;
- Colaborar na formação dos participantes.

Entende-se que a gestão da qualidade de ensino demanda um olhar mais específico, com visão na comunidade escolar em questão, por meio de uma gestão escolar democrática e participativa que elabora e reelabora de forma sistemática o Projeto Político-Pedagógico.

Segundo SERPA (2011: 14), o coordenador vive crise de identidade, pois, em seu cotidiano, realiza tarefas que não concernem com a sua principal função: formação docente. Esse profissional, muitas vezes, realiza tarefas que não lhe competem: cuidar de questões financeiras e burocráticas, substituir os professores que faltam ser o ajudante do diretor, um inspetor que detecta problemas de comportamento dos discentes e docentes.

O fato é que nem todos os envolvidos no processo educativo formal (diretor, professores, pais, as secretárias e o próprio coordenador) têm clareza sobre as tarefas primordiais deste profissional. Para mudar essa situação, é necessário que o coordenador tenha uma boa formação e que esta sustente a sua práxis.

É preciso, também, que todos os envolvidos tenham clareza da função principal desse profissional e encarem o cotidiano da instituição escolar com uma responsabilidade coletiva e não apenas de um só agente.

A falta de formação específica para o cargo seria, então, o primeiro obstáculo a ser superado. A formação inicial dos cursos de pedagogia, que seria o momento mais indicado para entrar em contato com as atribuições desse profissional, mal toca na questão. O coordenador se vê diante do desafio de buscar sua própria formação teórica, sob a necessidade de se especializar constantemente. Experiências práticas na sala de aula também são importantes, mas sabe-se que nem todo bom docente se torna um bom coordenador.

Por fim, deve-se enfatizar que o Coordenador pedagógico tem um papel norteador nesse processo de constante busca de soluções através da sistematização do planejamento coletivo, que leva em consideração o contexto social.

2.3 O TRABALHO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A formação docente, que deveria estar no centro de suas funções de articulador, é relegada o segundo plano pela falta de tempo e planejamento. A relação com a família. Os resultados de avaliações externas pressionam por resultados imediatos do trabalho cotidiano, que muitas vezes precisa ser regido em outro tempo. E o modelo de gestão escolar, se não é descentralizado, gera inevitáveis desgastes com a direção da escola.

O coordenador pedagógico, de acordo com PLACCO (2002: 99), deve ressaltar a “presença da sincronicidade no professor e as possibilidades de por meio do trabalho formativo do coordenador, auxiliar o professor a tomar consciência das dimensões envolvidas em sua prática [...]”. Essas dimensões, segundo a autora são políticas, humanas interacionais e técnicas e desencadearia um trabalho em consonância com o projeto político pedagógico, a partir do momento em que os professores tomarem consciência, sem deixar de vista a intencionalidade de sua ação.

Enfim, a sincronicidade possibilitaria a mediação do processo educativo, formando educadores conscientes e críticos de suas ações desempenhadas na escola (em sala de aula), a ser realizado pelo coordenador pedagógico.

Ao indagar sobre seu conhecimento sobre o papel e campo de atuação na escola, os coordenadores pedagógicos foram unânimes em afirmar que uma das atribuições mais importantes é a de formação continuada, desenvolvida junto aos professores, trabalho que necessitaria estar articulado aos princípios pedagógicos assumidos pela escola, por meio de uma leitura sistemática e intencional da realidade contextual.

Segundo BARTMAN (1998:1), o coordenador não sabe quem é e que função deve cumprir na escola. “Não sabe que objetivos persegue. Não tem claro quem é o seu grupo de professores e quais as suas necessidades. Não tem consciência do seu papel de orientador e diretivo. Sabe elogiar, mas não tem coragem de criticar”. Estes fatos estão ligados àqueles profissionais que não conhecem bem quais as suas funções e objetivos na escola e que não sabe lidar com seu público. Pois, em todas as áreas há sim, o bom e o mal profissional e na maioria das vezes é visto como um inimigo e não como alguém que possa ajudar e talvez seja essa visão que

o faça recuar ou até mesmo aliviar as cobranças a serem feitas no âmbito educacional daqueles a quem ele orienta.

Desse modo, o coordenador pedagógico tem constrangimento de sua autoridade porque confunde com autoritarismo, desta maneira, constrange-se em abordar questões evidentes que concorrem para um mau andamento do trabalho pedagógico, por isso se omite. Confunde a atribuição de seu papel profissional com imposições normativas, bem como democracia, autoridade e autoritarismo, ficando sem norte e não raras vezes com um sentimento de perda de identidade profissional intra-escolar.

Ele tem uma função mediadora, no sentido de revelar/desvelar os significados das propostas curriculares, para que os professores elaborem seus próprios sentidos, deixando de conjugar o verbo cumprir obrigações curriculares e passando a conjugar os verbos aceitar, trabalhar, operacionalizar determinadas propostas, porque estas estão de acordo com suas crenças e compromissos sobre a escola e o aluno - e rejeitar as que lhes parecem inadequadas como proposta de trabalho para aqueles alunos, aquela escola, aquele momento histórico. Nas palavras de FRANCO (2008: 128):

Essa tarefa de coordenar o pedagógico não é uma tarefa fácil. É muito complexa porque envolve clareza de posicionamentos políticos, pedagógicos, pessoais e administrativos. Como toda ação pedagógica, esta é uma ação política, ética e comprometida, que somente pode frutificar em um ambiente coletivamente engajado com os pressupostos pedagógicos assumidos.

Realmente é uma função muito difícil porque seu trabalho deve abranger os objetivos da escola. E para que esses objetivos sejam alcançados necessita-se da participação de todos que fazem parte da escola, pois o trabalho do professor coordenador deve ser pautado em planejamentos prévios. Ou seja, deve ser feito antes das atividades pedagógicas serem executadas e por isso faz-se necessário a participação de todos, para que haja um diálogo e assim cheguem a um bem comum a todos.

Respeitar a opinião alheia e manter a ética profissional também é um dos fatores que fazem parte da profissão do coordenador e acompanhar o desenvolvimento dos seus projetos. Somente desta maneira pode-se colher bons frutos deste desafio que é ser um orientador. Vale ressaltar também que para

cumprir todas as suas competências o professor coordenador sempre faz atividades além das suas competências.

Há que se buscar, portanto, outro olhar acerca da relevância do trabalho do coordenador pedagógico na escola, mediado pelo equilíbrio de suas atribuições como um dos eixos imprescindíveis às práticas pedagógicas sistematizadas onde cada um e todos se tornam corresponsáveis pelo processo ensino-aprendizagem.

Na coordenação do trabalho pedagógico, o papel do supervisor educacional passa a ser definido com base em seu objeto de trabalho, que é propor uma aprendizagem com significados, pois educar não se reduz a transmitir conhecimentos acumulados, mesmo com novas técnicas e tecnologias.

Portanto, cabe ao supervisor, como agente pedagógico, construir, criar, reinventar, contradizer, contraditar, experimentar o novo saber; lançar-se ao desconhecido, ao duvidoso, ao incerto e tentar, permanentemente, se reeducar e melhor contribuir com o processo educativo.

Por conseguinte, é importante que se conheça um pouco da trajetória histórica do supervisor educacional e seu reflexo na prática pedagógica, pois isto permite perceber o grande avanço profissional que ocorreu com relação a este profissional nos últimos tempos. Assim, desde o ponto de vista de Rangel, a função de supervisor não surgiu para trabalhar em escola. Ou seja, “a ideia da supervisão surgiu com a industrialização, tendo em vista a melhoria quantitativa da produção, antes de ser assumida pelo sistema educacional”, em busca de um melhor desempenho da escola em sua tarefa educativa. (RANGEL, 2007:69).

Como afirma QUEIROZ (2006:81), nestes novos tempos, o perfil do trabalhador também deve ser outro:

O bom profissional deve ser aquele capaz de imaginar soluções com base em mecanismos inovadores de adaptar-se rapidamente a nova realidade e assumir posições eficientes e coerentes perante novos desafios. Para isto, mais do que adquirir conhecimento já elaborado é imprescindível ter habilidades e competências que lhe permitam aprender novos procedimentos e principalmente acessá-los.

A nova demanda social e educacional mudou o perfil do supervisor educacional, que na atualidade deve ser de um profissional que seja um articulador dinâmico e ciente de sua importância na educação, e uma de suas preocupações deve ser a de aprimoramento do currículo e sua atualização permanente. O dinamismo do mundo contemporâneo e a consequente evolução acelerada do

conhecimento e dos recursos disponíveis não permitem que as atividades docentes e os conteúdos programáticos se eternizem.

Não se descarta a necessidade de que o professor participe de eventos de formação continuada em espaços e momentos fora da escola, mas entendemos que as ações de formação articuladas no ambiente escolar focam os reais problemas enfrentados pelos professores.

A ação efetiva do coordenador pedagógico com sua equipe escolar é de extrema importância para o bom trabalho, para a melhoria do fazer pedagógico da sala de aula. Sem a coordenação pedagógica o trabalho dos professores e o ensino dos alunos ficam cada vez mais prejudicados.

Além disso, o coordenador pedagógico busca integrar todos no processo ensino-aprendizagem, mantendo as relações interpessoais de maneira saudável, valorizando a formação dos seus profissionais, ajudando-os efetivamente na construção dos saberes da sua profissão.

3 AS IMPLICAÇÕES DA AUSÊNCIA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: ANÁLISE EM DUAS ESCOLAS RURAIS DE ITAITUBA-PA

3.1 METODOLOGIAS ADOTADAS

O presente estudo tem por base a pesquisa qualitativa e descritiva a fim de contextualizar a teoria juntamente com a prática. Para isso foi feito um levantamento bibliográfico, uma vez que esta fundamentada em autores que discutem o tema em análise dentre eles estão: MIRIAN (2012), BRASIL (1996), LIBÂNEO (2007), VASCONCELLOS (2002) e FRANCO (2008), para uma melhor análise do problema em relação aos aspectos sociais, econômicos e políticos, e as dificuldades encontradas na ausência do coordenador pedagógico nas escolas rurais do Município de Itaituba.

Realizou-se também uma pesquisa de campo direcionada a 15 professores: Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Paraná Miri, Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga, Município de Itaituba, PA, tendo como instrumento de pesquisa questionários, onde foi possível analisar os resultados obtidos e compreender a realidade vivenciada pelos profissionais da educação nas instituições pesquisadas.

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Foram entrevistados 15 professores. Sendo sete na escola A e oito na escola B. Na Escola A, os entrevistados possuem a seguinte formação acadêmica: duas pedagogas, uma concluinte de pedagogia, dois estudantes de letras, e duas somente com o magistério. Desses, 2 professores moram em Itaituba e todos os dias vão até à comunidade através de transporte aquático pago por eles mesmos. Os demais moram na comunidade.

Quanto ao tempo de serviço na educação, apresentam uma média de sete anos de trabalho na escola pesquisada. As turmas multisseriadas apresentam também uma média de vinte alunos.

Do quadro de professores da escola B, cinco moram na comunidade e três moram na cidade de Itaituba. Quanto à formação, os entrevistados têm concluintes de História, duas estudantes de Pedagogia, três estudantes de Pedagogia e um

formado em Matemática e Física. Vale ressaltar que o tempo de serviço dos mesmos varia de 3 a 21 anos de serviços na referida escola. A quantidade de alunos nas classes que atuam é de 15 a 25 alunos.

3.3 CARACTERIZAÇÕES DAS ESCOLAS PESQUISADAS

A Escola de Paraná-Miri recebeu a denominação da localidade na qual está situada. Está nomeada aqui como Escola A. Localizada na margem direita do Rio Tapajós, cerca de 5 km de distância da cidade de Itaituba, via fluvial. A Escola foi oficialmente fundada no dia 14 (catorze) de janeiro de 1978 (mil novecentos e setenta e oito), na administração do prefeito Sr. Altamiro Raimundo da Silva, tendo como Coordenadora Municipal de Educação a senhora Helena da Costa Bahia. A referida escola funcionava com o total de 50 alunos de primeira à quarta série do Ensino Fundamental. Em sua estrutura física comportava duas salas de aula em alvenaria e uma pequena cozinha construídas com recursos do município.

A partir de 1981 passou a funcionar nos dois turnos, matutino e vespertino com a finalidade de atender a demanda da comunidade, necessitando aumentar seu quadro de funcionários. No dia 04 de junho de 2004, foi inaugurado um novo prédio de alvenaria com 3 (três) salas de aula, 01 (uma) secretária, 01 (uma) cozinha, 01 (um) pequeno depósito, 02 (dois) banheiros, 01 (um) pátio de recreação. E assim atendia bem toda a clientela de alunos que aumentava a cada ano. Em 2014 a escola passou a atender o Programa do Governo Federal “Mais Educação”.

Atualmente a Escola atende 110 (cento e dez) alunos divididos em Ensino Infantil e Fundamental do 1º ao 6º ano, funcionando com seis turmas distribuídas em Maternal, Jardim I e II (multissérie), 1º e 2º ano (multissérie), 3º ano, 4º ano, 5º ano e 6º ano. Hoje a Escola conta com uma equipe de funcionários num total de 13 (treze) pessoas sendo 8 (oito professores) 01 (uma) merendeira, 1 (uma) auxiliar de serviço geral, 02 (dois) vigias e 01 auxiliar de secretaria. A referida escola hoje se encontra sobre a administração da atual prefeita Eliene Nunes e tem como professora responsável a Srª Cleiciane Samara Rosa dos Santos Nascimento.

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga, denominada nesta pesquisa de Escola B, inicialmente ficou conhecida por Escola “Chale” e que tinha o apoio e incentivo da firma Arruda Pinto e CIA LTDA. Todos esses fatos aconteceram nas décadas de 1930 a 1960. A partir de 1962, o

então Prefeito da cidade de Itaituba, Sr Tibiriçá de Santa Brígida Cunha, vendo o crescimento da vila de São Luís do Tapajós, assegurou aos moradores que faria todos os esforços para que o Governo do Estado, o então Alacid da Silva Nunes, valorizasse a Vila de São Luís do Tapajós com a construção de uma Escola Pública Estadual.

Em 1963, foi inaugurada a Escola que ficou denominada São Luiz Gonzaga, com oito salas de aula, uma sala de diretoria, dois banheiros, uma cozinha e um refeitório. Tinha como professora responsável a professora Maria do Patrocínio Azevedo Paxiúba. Em 1998 na administração do Dr. Edilson Dias Botelho as Escolas Estaduais passaram a ser da gestão do Município.

Hoje a escola conta com 13 professores, duas merendeiras, dois vigias, atendendo uma clientela de 153 alunos divididos em turmas de Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e de 6º ao 8º ano. Atendendo também o Programa do Governo Federal “Mais Educação”. E tem como professor responsável Alex da Silva Almeida.

3.4 OLHARES DOS PROFESSORES ACERCA DA AUSÊNCIA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Ao conhecer a realidade dos profissionais do campo pode-se observar que há sim uma grande necessidade de haver um coordenador pedagógico para que a equipe de professores e a direção trabalhem em coletividade em prol de uma educação mais completa e eficaz.

Buscando tornar o ambiente escolar inclusivo, acolhedor e principalmente que ofereça melhores condições de trabalho, possibilitando assim o fortalecimento do grupo para enfrentar todas as dificuldades que possam surgir, conflitos e avanços na criatividade e autonomia para sair do comodismo ao que se refere à educação.

Iniciando os questionamentos perguntou-se 1: **Nesta escola há necessidade de um coordenador pedagógico?** Tanto os professores da Escola A quanto da Escola B responderam que sim, que é realidade a necessidade de haver o coordenador pedagógico nas escolas pesquisadas.

Em entrevista com os professores que atuam nas escolas ribeirinhas, perguntou-se na questão 2: **Quais seriam em sua opinião, os critérios necessários ao coordenador pedagógico, tanto em termos de formação quanto**

de características pessoais? Os relatos dos entrevistados estão descritos no quadro 1.

Esc.	Profº	Relatos
Escola "A"	P ₁	<i>Que seja formado na sua área de atuação, que precisa ir além do seu conhecimento teórico, precisa ter percepção e sensibilidade para identificar as necessidades e dificuldades dos professores e alunos, ter uma moral e ética na sua vida pessoal e profissional.</i>
	P ₂	<i>Primeiramente acredito que ele deve ter uma formação e principal ter cursos de relações humanas, pois ele se relacionará com pessoas. E como característica pessoal precisa ter responsabilidade, força de vontade e habilidades para inovar as suas técnicas e saber manter o bom relacionamento com as pessoas. Precisa ser: dinâmico, auxiliador, conciliador, acessível, capaz e produtivo.</i>
	P ₃	<i>Deve ter formação pedagógica e um bom relacionamento pessoal com os demais e uma boa postura profissional.</i>
	P ₄	<i>Gostar de lidar com pessoas, organizado, esperto e cooperativo. (precisa saber trabalhar em equipe.)</i>
	P ₅	<i>Precisa ser uma pessoa profissional, que seja qualificado e ter bons conceitos educacionais.</i>
	P ₆	<i>Acredito que precisa ser uma pessoa com múltiplas ideias e preparada para trabalhar dentro do ambiente escolar.</i>
	P ₇	<i>O coordenador deve ter formação em nível superior. Deve ter responsabilidade e compromisso com a educação.</i>
Escola "B"	P ₁	<i>Uma pessoa que tenha conhecimento sobre a escola em que vai atuar e conhecimentos gerais sobre sua função de coordenador.</i>
	P ₂	<i>Ajudar nos trabalhos da escola, sendo participativo e interativo.</i>
	P ₃	<i>Auxiliar nos trabalhos, como preenchimento de diários, metodologias e outros.</i>
	P ₄	<i>Sua presença é indispensável para as escolas do campo pois são muitas dificuldades que enfrentamos no dia a dia.</i>
	P ₅	<i>Conhecer suas atribuições à frente da escola visando assim ações de um ensino melhor. E o principal, formação.</i>
	P ₆	<i>Ser formado em pedagogia com uma especialização e ter afinidade com a profissão.</i>
	P ₇	<i>Teria no mínimo que ser qualificado para exercer a função.</i>
	P ₈	<i>Poderia atuar de maneira direta no planejamento, acompanhamentos e formulação de políticas públicas na área da educação.</i>

Quadro 1. Critérios necessários ao coordenador pedagógico.

De acordo com os entrevistados, os critérios necessários para atuar na coordenação pedagógica de uma escola são: ter formação na área em que atua, relações humanas, responsabilidade no seu trabalho, ser criativo, habilidades, força de vontade, ser dinâmico, conciliador, auxiliador, acessível, capaz, produtivo, participativo, companheiro e ter compromisso na sua função educacional.

A atribuição essencial do coordenador pedagógico está associada ao processo de formação em serviço dos professores. Processo denominado de

Educação Continuada e que se faz necessária pela própria natureza do saber e do fazer humano, como práticas que se transformam constantemente.

A formação continuada de professores justifica-se para que se criem condições geradoras de competências e inovações para intervenções propositivas nas situações que vão ocorrendo. É uma concepção de formação que faz das práticas profissionais dos professores contextos de requalificação do coletivo de trabalho. (NÓVOA, 1992: 32).

A formação continuada visa incentivar a postura de sujeitos críticos, reflexivos e transformadores, capazes de refletir sobre suas ações, com vistas a produzir saberes que lhes permitam avançar em práticas pedagógicas mais significativas e relevantes para atender as demandas da sociedade.

Aos entrevistados perguntou-se na questão 3: **Quais são as atribuições de um coordenador pedagógico na escola?** O relato dos professores estão demonstrados no quadro 2.

Esc.	Profº	Relatos
Escola "A"	P ₁	<i>Suas atribuições são de suma importância, pois cria condições para que os professores trabalhem coletivamente para que as metodologias venham ser melhores desenvolvidas.</i>
	P ₂	<i>Estabelecer fundamentos e linhas de ação para que possa projetar o futuro. Suas atribuições são varias, dentre elas destaca-se: articular e medir as relações entre pais, professores, alunos e gestão.</i>
	P ₃	<i>Orientar os professores na elaboração do plano de aula, nas avaliações bimestrais e na orientação com os pais com relação aos seus filhos.</i>
	P ₄	<i>Acompanhar e avaliar o processo de ensino e aprendizado e contribuir para a busca de soluções para os problemas identificados na escola, acompanhar o desempenho dos alunos.</i>
	P ₅	<i>Vistoria de documentação da escola, reunião de pais e mestres, palestra entre alunos e professores.</i>
	P ₆	<i>Trabalhar em coletividade, ajudar as famílias, professores, alunos, no trabalho pedagógico e muito mais.</i>
	P ₇	<i>Orientar os professores nas atividades como: diário, caderno de plano, elaboração das provas, além de orientar os pais e alunos no processo ensino e aprendizagem.</i>
Escola "B"	P ₁	<i>Elaborar estratégias para um melhor desenvolvimento do ambiente escolar. Acompanhando todas as atividades elaboradas pelos professores.</i>
	P ₂	<i>De orientar os trabalhos do corpo docente, ser observador, deve considerar o trabalho coletivo para que seja produtivo.</i>
	P ₃	<i>Coordenar o trabalho do corpo docente da escola.</i>
	P ₄	<i>Atuar juntamente com professores no ensino aprendizagem e desenvolver projetos com os professores para cada vez mais melhorar o ensino.</i>
	P ₅	<i>Acredito que trabalhar de forma conjunta para ajudar no que mais o professor precisar.</i>
	P ₆	<i>Auxiliar na educação dos alunos e no trabalho dos professores.</i>

	P ₇	<i>As atribuições de um coordenador e estar orientando os educandos, principalmente para aqueles que vem para a escola só por virem, e não querem nada mesmo.</i>
	P ₈	<i>Ao coordenador pedagógico cabe a teoria e a prática decisiva sobre o que, como, para que e quem fazer.</i>

Quadro 2. Atribuições de um coordenador pedagógico na escola.

Percebe-se nas falas dos professores entrevistados que as atribuições de um coordenador pode ser um dos pontos fortes para se conseguir a qualidade de ensino que todos anseiam, pois visivelmente pode se perceber que o coordenador tem múltiplas funções dentro do âmbito educacional. Desta maneira, a presença deste profissional na escola torna-se indispensável para que a mesma cresça e se desenvolva de acordo com suas normas e metas.

Em entrevista com os professores que atuam nas escolas ribeirinhas, perguntou-se na questão 4: **Em sua opinião, quais as implicações causadas pela ausência de um coordenador pedagógico na escola?** As falas dos entrevistados podem ser observadas no quadro 3.

Esc.	Profº	Relatos
Escola "A"	P ₁	<i>Acaba deixando os docentes sem orientações em suas atividades pedagógicas – curriculares, dificultando assim na formação da pratica deste, onde às vezes deixa alguns professores acomodados nas suas metodologias e avaliações.</i>
	P ₂	<i>Mau relacionamento entre profissionais e alunos: falta de interesse dos profissionais ao lidar com resoluções de problema, desanimo do profissional, pois o professor se sente sozinho sem ninguém para ajuda-lo, o planejamento e as metodologias são feitas sem orientação.</i>
	P ₃	<i>Que muitas vezes o processo ensino aprendizado do professor fica prejudicado.</i>
	P ₄	<i>Sem um coordenador pedagógico na escola é como um jardim sem flores, é como um barco sem leme. O coordenador é muito importante para auxiliar os professores na escola com as dificuldades existentes.</i>
	P ₅	<i>A escola vivera dias a mercê das atividades que estão ligadas as necessidades da escola e por essas lacunas no quadro de funcionários vira as reclamações de muitos.</i>
	P ₆	<i>Principalmente no trabalho pedagógico e a ajuda da família com seus filhos.</i>
	P ₇	<i>O processo de ensino aprendizagem tem baixo rendimento quando o professor não tem o acompanhamento do coordenador pedagógico, ate mesmo aqueles que têm bastante tempo na educação, onde os mesmos ficam na mesmice precisando com isso de formação continuada.</i>
Escola "B"	P ₁	<i>Dificuldades para resolver problemas que não cabe ao professor.</i>
	P ₂	<i>No auxilio nos trabalhos dos professores e dos alunos.</i>
	P ₃	<i>Muitos, pois não há um profissional desse para nos orientar.</i>
	P ₄	<i>As dificuldades que enfrentamos no dia a dia principalmente a ajuda da família.</i>
	P ₅	<i>A falta de orientação que precisamos nos planejamentos, projetos, plano de aula e outros.</i>
	P ₆	<i>A falta de auxilio na escola.</i>

	P ₇	<i>São muitos, mas vale ressaltar uma que é o índice de desistência em salas de aula.</i>
	P ₈	<i>A formação inicial deve fornecer as bases para poder construir o conhecimento que seja, a educação para ser bem sucedido precisa desse grupo completo, sem eles a educação fica inadequada.</i>

Quadro 3. Quais as implicações causadas pela ausência do coordenador pedagógico?

Diante das informações recebidas as maiores implicações pela ausência do coordenador pedagógico são o acomodamento dos professores por não terem a quem recorrer ou discutir sobre novas metodologias, desânimo, falta de interesse, baixo rendimento escolar, dificuldade de resolução de problemas referentes à escola/aluno e aluno/ família e vice-versa. Todos esses fatores causam um impacto muito grande na educação levando a desistência dos alunos. O que não é bom para os índices educacionais que se visam alcançar.

Ao considerar que a maioria das reivindicações apresentadas pelos professores é possível de ser encaminhada, articulada e realizada pelo Coordenador Pedagógico. São atividades que se configuram como formação continuada em serviço e contribuem de maneira significativa para a melhoria do trabalho docente e, consequentemente, para a aprendizagem dos alunos.

Continuando a pesquisa foi perguntado na questão 5: **Com que frequência acontece as reuniões pedagógicas com os professores? O que fazem nessa reunião? Quem dirige as reuniões?** Os relatos dos professores podem ser lidos no quadro 4.

Esc.	Profº	Relatos
Escola "A"	P ₁	<i>É muito raro a presença de um coordenador pedagógico, então as reuniões acontecem pelo menos uma vez por mês, quem dirige as reuniões são os professores.</i>
	P ₂	<i>Acontecem reuniões bimestrais e são dirigidas pela professora responsável para debater e informar assuntos relacionados a escola, alunos e pais.</i>
	P ₃	<i>Acontece todo bimestre referente ao plano de ação.</i>
	P ₄	<i>Sempre uma vez por mês, discutindo assuntos para melhoria do ensino e dirigido pela professora responsável.</i>
	P ₅	<i>Evidentemente semestrais, e sempre administrados pelo diretor, auxiliar administrativo e outros profissionais.</i>
	P ₆	<i>Uma vez por mês, dirigido pelo professor responsável.</i>
	P ₇	<i>As reuniões acontecem trimestrais, discutimos assuntos referentes ao plano de ação que deve ser executado.</i>
Escola "B"	P ₁	<i>Às vezes duas reuniões ao ano, explicando o trabalho do professor, os direitos e deveres do alunado.</i>
	P ₂	<i>Mensalmente, são debatidos assuntos referentes ao desempenho dos alunos e professores, dirigido pelo professor responsável.</i>
	P ₃	<i>Mensalmente, debatemos assuntos referentes aos alunos e a escola, sendo dirigido pelo professor responsável.</i>

	P ₄	<i>Às vezes duas vezes ao ano, dirigida pelo professor responsável.</i>
	P ₅	<i>Três vezes ao ano.</i>
	P ₆	<i>Mensalmente, tratando assuntos referente a escola, sendo dirigido pelo diretor.</i>
	P ₇	<i>O encontro pedagógico que participamos atualmente e o pnaic, onde trocamos conhecimentos, sendo dirigido pelo coordenador do encontro.</i>
	P ₈	<i>As reuniões acontecem uma vez por mês, dirigida pela direção, visando o aproveitamento, o desenvolvimento e o sucesso da nossa escola.</i>

Quadro 4. Frequência, agenda e quem dirige as reuniões.

De acordo com os entrevistados, os encontros acontecem com frequências diferenciadas se comparadas. A Escola (A) segundo os entrevistados tem reuniões frequentemente e são dirigidas pelo professor responsável. Já a Escola (B) mediante os resultados obtidos verificou-se que suas reuniões acontecem com menos frequência anual que a outra escola. E há um fator comum entre ambas é que suas reuniões sempre são dirigidas sempre pelos professores responsáveis.

Os momentos de reunião pedagógica devem ser priorizados para estudo e reflexão da prática, incluindo-se aí momentos de planejamento coletivo, em que os professores podem trocar experiências e ideias para desenvolver as melhores estratégias visando o alcance dos objetivos propostos para cada faixa etária e/ou turma.

VASCONCELLOS (2009:120) enfatiza que a reunião pedagógica pode despertar ou criar uma nova postura educativa. “Na medida em que possibilita a unidade entre o sujeito da ação e o da reflexão. [...] desta forma há condições para se criar na escola uma nova prática pedagógica e um novo relacionamento”. Nesse sentido, as reuniões pedagógicas seriam um espaço coletivo, propício à reflexão crítica sobre a prática de sala de aula e sobre a própria instituição.

Na 6ª questão foi perguntado aos professores: **Nesta escola, quem é responsável pelas situações descritas abaixo.** No que se refere à **questões pedagógicas e metodológicas dos professores.** Gráfico 1 demonstra o resultado em que a maioria dos professores das duas escolas informaram que é o professor responsável pela escola que atende as questões didático-metodológicas apresentadas pelos professores da escola.

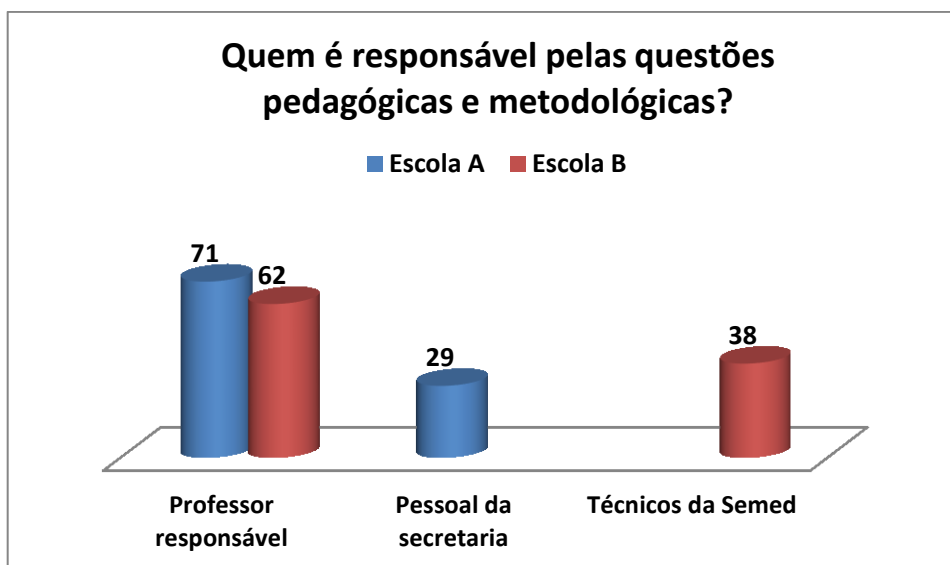


Gráfico 1. Quem é responsável pelas questões pedagógicas e metodológicas?

No que se refere à **Situações de indisciplina que necessitam de orientação aos alunos**. O gráfico 2 demonstra o resultado em que todos os entrevistados da Escola B afirmaram ser o professor responsável pela escola e na Escola A ficaram divididos entre 71% que apontou o professor responsável também. No entanto algumas questões segundo 29% são resolvidas pelo Pessoal da secretaria.

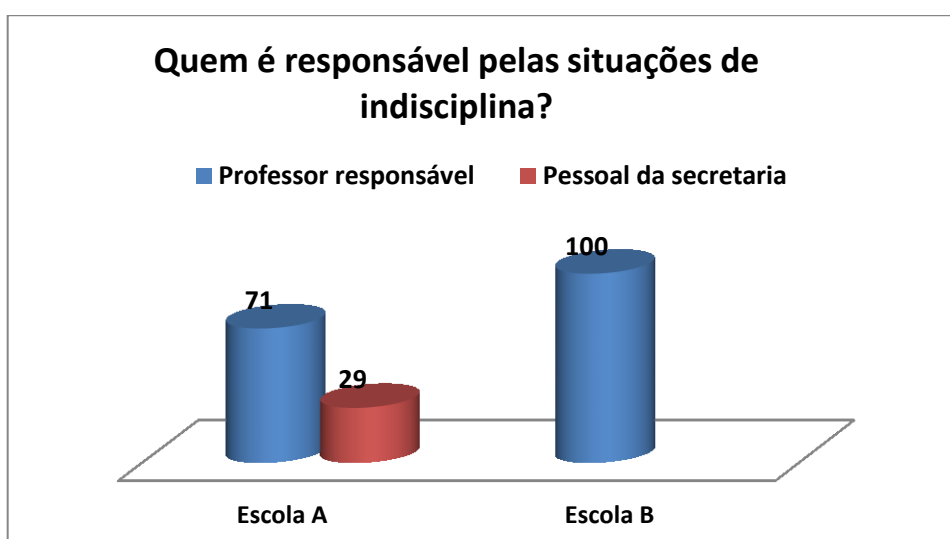


Gráfico 2. Quem é responsável pelas situações de indisciplina?

Quanto à **Conversas/Reuniões com os pais/responsáveis de alunos**, o resultado demonstra que todos informaram ser o professor responsável pelas escolas A e B que promovem as reuniões com a comunidade escolar.

Quanto à **Elaboração do Calendário Escolar e Plano de Ação**. O gráfico 3 demonstra o resultado em que a maioria dos professores das duas escolas (81% + 88%) informaram que são os técnicos da SEMED responsáveis pela elaboração, controle e supervisão do Calendário Escolar e do Plano de ação.

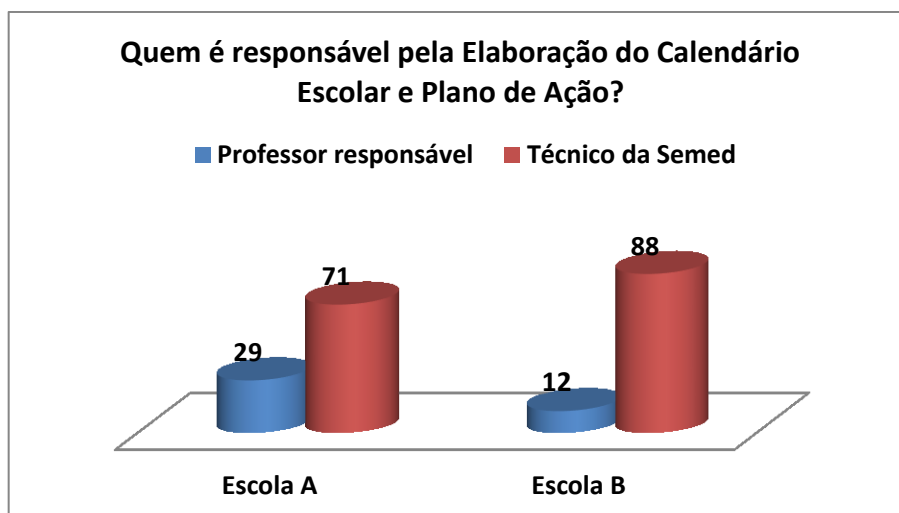


Gráfico 3. Quem é responsável pela Elaboração do Calendário Escolar e Plano de Ação?

Quanto à **Verificação dos Planos de aulas, Provas bimestrais, Relatórios e Pareceres Finais**: O gráfico 4 demonstra o resultado em que a maioria (71%) dos professores da escola A disseram que são os técnicos da SEMED, os responsáveis pela observação e análise dos planejamentos, provas e demais atividades similares. Fato curioso é que na Escola B, ocorreu ao contrário, 88% informou que é o professor responsável que cuida dessas questões avaliativas.

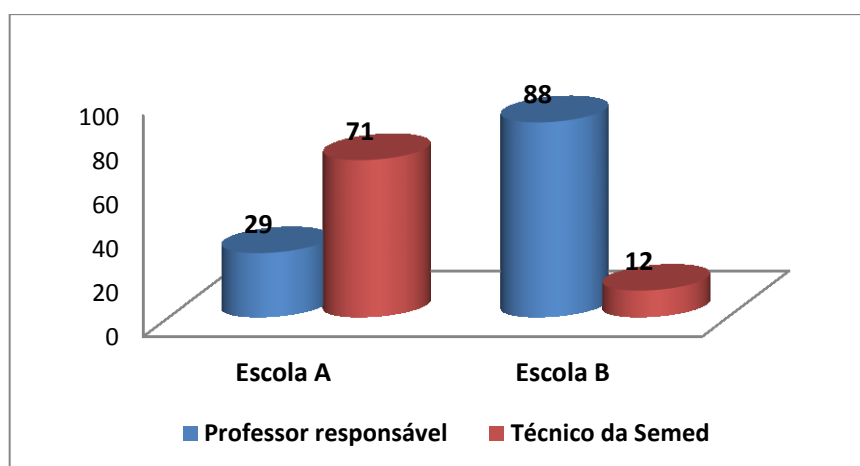


Gráfico 4. Responsável pela verificação dos Planos de aulas/Provas bimestrais, etc.

Continuando a entrevista, na 7ª questão foi perguntado aos professores: **As decisões relativas ao horário escolar, e as normas necessárias para a efetivação do processo ensino/aprendizagem são tomadas em conjunto à comunidade escolar?** O gráfico 5 demonstra o resultado em que a maioria (71%) dos professores da Escola A e 50% da Escola B afirmaram que sim.

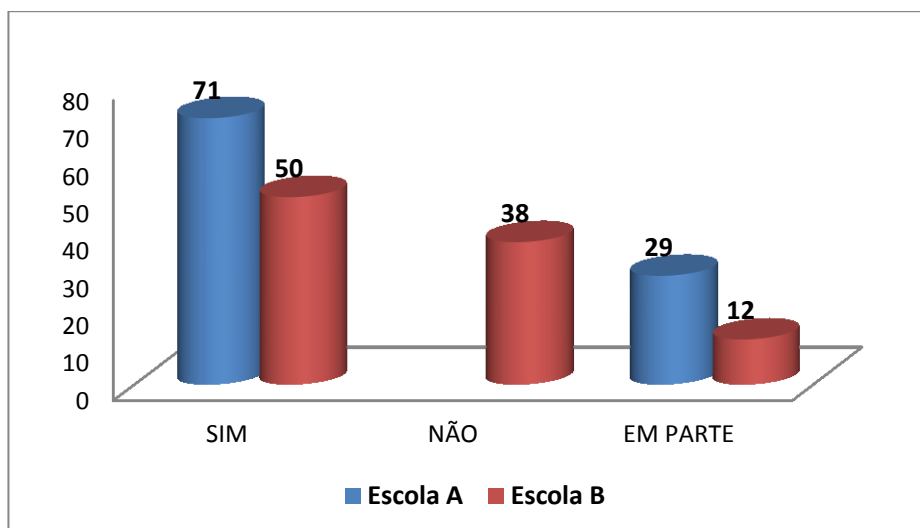


Gráfico 5. As decisões na escola são tomadas em conjunto à comunidade escolar?

Na questão 8 foi perguntado aos entrevistados: **A equipe pedagógica da Coordenação da Zona Rural/SEMED tem se feito presente na escola?** Todos os entrevistados das duas escolas responderam que mensalmente/bimestralmente a equipe pedagógica da SEMED aparece para reuniões e orientações.

Foi perguntado na questão 9: **Quais as ações desenvolvidas pelos técnicos da coordenação da Zona Rural/SEMED quando visitam esta escola?** Como se pode observar o quadro 5 demonstra as respostas dos professores quanto às atividades realizadas pelos técnicos da SEMED.

Esc.	Profº	Relatos
Escola "A"	P ₁	<i>Olham os cadernos de planos de aula dos professores, falam o que está certo e o que está incorreto e que pode melhorar.</i>
	P ₂	<i>Correção de planos de aulas, verificação de diários.</i>
	P ₃	<i>Realizam reuniões com o corpo docente para esclarecimento sobre o calendário anual, plano de ação e etc.</i>
	P ₄	<i>Verifica como está sendo desenvolvidos as atividades dos professores e o acompanhamento no desempenho dos alunos, diários e planos de aula.</i>
	P ₅	<i>Assuntos ligados as formas de melhorar maneiras no ensino do alunado.</i>
	P ₆	<i>Reuniões, visitas nos diários, planos de aulas, metodologias usadas pelos professores e outros.</i>

	P ₇	<i>Realiza reuniões do corpo docente da escola, correção dos diários e caderno de planos de aulas e plano de ação.</i>
Escola "B"	P ₁	<i>Verificação de planos de aula, diários de classe, reuniões com os professores, aplicação das provas.</i>
	P ₂	<i>Correção e orientação sobre os diários e cobrar cada vez mais compromettimentos dos profissionais.</i>
	P ₃	<i>Correção de diários, e cobranças dos profissionais.</i>
	P ₄	<i>Planos de aulas, diários, e reuniões com os professores e aplicação de provas.</i>
	P ₅	<i>Orientações aos diários, planos de aulas, plano de ação e provas.</i>
	P ₆	<i>Correção dos diários e planos de aulas.</i>
	P ₇	<i>Sempre que eles vêm, olham os diários e os planos de aulas.</i>
	P ₈	<i>Supervisão dos cadernos de planos, aproveitamento dos alunos, aplicação de provas e outros.</i>

Quadro 5. Ações desenvolvidas pelos técnicos da coordenação da Zona Rural/SEMED.

Conforme os relatos dos professores, tanto da escola A quanto da escola B pode-se perceber que as ações mais comuns dos profissionais que atuam na coordenação pedagógica da SEMED nas escolas rurais são correções de planos de aula, diários, plano de ação, aplicações de avaliações, reuniões com os professores sobre alguns esclarecimentos necessários e cobrar o comprometimento dos profissionais para com a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do Coordenador pedagógico faz-se necessário, em todos os ambientes educativos e para se falar do papel desse profissional, é necessário conhecer sua trajetória no tempo, desde seu surgimento, suas concepções, transformações e objetivos. A sua importância no universo escolar dá-se pelo fato de ser ele articulador e mediador das relações pais, professores, alunos, gestores, visando evitar o desgaste e o desentendimento entre ambas as partes.

O trabalho do Coordenador é indispensável nas instituições de ensino, pois sua ação deve ser integrada e presente em todas as ações didáticas e pedagógicas desenvolvidas na escola, visando construir um ambiente coletivo para que seja suportável e melhor para todos. Buscando superar desafios, orientar, estimular e criar oportunidades de mudanças. Hoje o Coordenador Pedagógico está em fase de conquista do seu espaço e são muitas as discussões em torno da sua identidade e da sua formação. Isto demonstra a necessidade de um maior aprofundamento a respeito da formação desse profissional.

Diante disso, percebe-se que este profissional teve que passar por várias transformações para que se tornasse concreto nos seus objetivos e nas suas diversas estratégias para a prática pedagógica de maneira que atendesse as necessidades da escola, no sentido de orientá-los no seu planejamento e nas atividades a serem desenvolvidas, tornando-se assim, um protagonista de mudanças no processo educacional.

Mediante os resultados da pesquisa verificou-se que há uma grande necessidade da coordenação pedagógica nas escolas rurais. Pois na maioria das vezes quem faz o papel de conciliar e aconselhar são os gestores o que acaba sobrecarregando o responsável pela escola por desenvolver múltiplas funções.

Quanto ao perfil e atribuições necessárias ao coordenador pedagógico para atuar nas escolas rurais, os entrevistados destacaram: ter formação na área em que atua, relações humanas, responsabilidade no seu trabalho, ser criativo, habilidades, força de vontade, ser dinâmico, conciliador, participativo, companheiro e ter compromisso na sua função educacional.

No que se refere às implicações causadas pela ausência de um coordenador pedagógico na escola, foi destacado na pesquisa que as maiores implicações são o acomodamento dos professores por não terem a quem recorrer ou discutir sobre

novas metodologias, desânimo, falta de interesse, baixo rendimento escolar, dificuldade de resolução de problemas referentes à escola/aluno e aluno/ família e vice-versa.

Portanto conclui-se que o Coordenador Pedagógico tem um papel fundamental para os avanços da educação e para o desenvolvimento dos professores, pois o seu papel reflete diretamente nas atividades desenvolvidas por cada um, ou seja, é um forte apoio para aqueles que lutam por uma educação melhor e que buscam sua qualificação para melhor desenvolver suas funções. Então, pode-se afirmar a atuação do Coordenador é essencial em todas as escolas sejam elas de pequeno ou de grande porte na área rural.

BIBLIOGRAFIA

AUGUSTO, Silvana. **Desafios do coordenador pedagógico**. Nova Escola. São Paulo, n. 192, maio 2006. Disp. em: <http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0192/>. Acessado em: 27 de junho 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº. 1, de 15 de maio de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF, 2006.

CLEMENTI, Nilba. A voz dos outros e a nossa voz. In.: ALMEIDA, Laurinda R., PLACCO, Vera Maria N. de S. **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FARIA, José Henrique de. **Gestão Participativa: relação de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 35ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FERNANDES, Rosana C. de A. A Educação Continuada de professores no espaço e tempo da coordenação pedagógica: avanços e tensões. In: VEIGA, I. P. A.; SILVA, E. F. da (Org.). **A Escola mudou. Que mude a formação de professores!** 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Coordenação pedagógica: uma práxis em busca da sua identidade**. Revista Múltiplas Leituras, V.1, n.1 p. 137-131, Jan. 2008.

GRISNSPUN, Mirian P. S. Zippin, **A Prática dos orientadores educacionais**, 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi) seriado de ensino**. Brasília, v. 24, n. 85, abr/ 2011.

LIBÂNEO, José C. **Pedagogia e pedagogo, para que?** 9. ed. SP: Cortez, 2007.

LUCK, H. **A gestão participativa na escola**. 3. ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2008.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helena Célia de Abreu. **Avanços e desafios na construção da Educação do Campo (UnB)**. Revista Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-34, abr/2011.

NOGUEIRA, Vanessa dos Santos. **O papel do coordenador pedagógico**. Colunista Brasil Escola. Disponível em: <http://pedagogia.brasilecola.com/trabalho-docente/opapel-coordenador-pedagogico.htm>. Acessado em: 17 de julho 2016.

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PILETTI, N. **Estrutura e funcionamento do ensino fundamental**. SP: Ática, 1998.

PLACCO, Vera M. N. de Souza. **Formação e prática do educador e do orientador: confrontos e questionamento**. Campinas, Papirus. 1994.

QUEIROZ, Tânia Dias. **Dicionário prático de pedagogia**. São Paulo: Rideel, 2003.

RANGEL, Mary. **Supervisão Pedagógica: princípios e práticas**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

SERPA, Dagmar. **Coordenador pedagógico vive crise de identidade**. Edição especial "Os caminhos da coordenação pedagógica e da formação de professores". Fundação Victor Civita, Edição Especial, nº 6. Junho/2011.

SILVA, Tomaz Tadeu de. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOARES, Marcelo. **Planejamento: concepções. Sala ambiente realidade escolar e trabalho pedagógico**. UFES. 2010.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação. **Regimento comum das escolas municipais de São Paulo**. Título II, subseção III. Agosto, 1992. p. 26-7.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. SP: Libertard, 2002.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. CEDES**. 2007, vol.27, n.72, pp. 121-135.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Coordenação pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade. *Revista Múltiplas Leituras*, v. 1, n. 1, p. 117-131, jan./jun. 2008.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores e formação docente. In: Nóvoa, Antônio. (org.) **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. Teoria e prática: o enriquecimento da própria experiência. In GUIMARÃES, Ana Archangelo et al (Org.). **O coordenador pedagógico e a educação continuada**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico – do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2009.

PELLEGRINI, M.Z. **Administração participativa: teoria e práxis**. In: *Revista Brasileira de Administração de Educação* 4(2), Porto Alegre, juldez. 1986.

APÊNDICE - ENTREVISTA AOS PROFESSORES QUE ATUAM EM ESCOLAS RURAIS

Prezado (a) professor(a), este questionário pretende recolher informações sobre os desafios implicados na ausência de um coordenador pedagógico nas escolas rurais para a construção da minha monografia de graduação. Agradeço a colaboração.

Identificação:

Nível de formação: _____

Tempo de trabalho na educação rural: _____ anos.

Nº de alunos da turma em que atua: _____

Questões:

1. Nesta escola há necessidade de um coordenador pedagógico?

() Sim

() Não

() Em parte

Justifique. _____

2. Quais seriam em sua opinião, os **critérios necessários** ao coordenador pedagógico, tanto em termos de formação quanto de características pessoais?

3. Quais são as **atribuições** de um coordenador pedagógico na escola?

4. Em sua opinião, quais as **implicações causadas pela ausência** de um coordenador pedagógico na escola?

5. Com que frequência acontece as reuniões pedagógicas com os professores? O que fazem nessas reuniões? Quem dirige as reuniões?

6. Nesta escola, **quem é responsável** pelas situações descritas abaixo:

a) Questões pedagógicas e metodológicas dos professores:

() Diretor

() Professor Responsável

() Pessoal da Secretaria da

Escola

() Técnicos da SEMED () Ninguém () Outros.
Quem? _____

b) Situações de indisciplina que necessitam de orientação aos alunos:

() Diretor () Professor Responsável () Pessoal da Secretaria da Escola

() Técnicos da SEMED () Ninguém () Outros.
Quem? _____

c) Conversas/Reuniões com os pais/responsáveis de alunos:

() Diretor () Professor Responsável () Pessoal da Secretaria da Escola

() Técnicos da SEMED () Ninguém () Outros.
Quem? _____

d) Elaboração do Calendário Escolar e Plano de Ação:

() Diretor () Professor Responsável () Pessoal da Secretaria da Escola

() Técnicos da SEMED () Ninguém () Outros.
Quem? _____

e) Verificação dos Planos de aulas, Provas bimestrais, Relatórios e Pareceres Finais:

() Diretor () Professor Responsável () Pessoal da Secretaria da Escola

() Técnicos da SEMED () Ninguém () Outros.
Quem? _____

7. As decisões relativas ao horário escolar, e as normas necessárias para a efetivação do processo ensino/aprendizagem são tomadas em conjunto a comunidade escolar?

() Sim () Não () Em parte

Justifique. _____

8. A equipe pedagógica da Coordenação da Zona Rural/SEMED tem se feito presente na escola?

() Sim () Não () Em parte

Se SIM ou EM PARTE, com que frequência acontece estas visitas? _____

9. Quais as ações desenvolvidas pelos técnicos da Coordenação da Zona Rural/SEMED quando visitam esta escola?

Agradecemos a colaboração!